



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

ATA N.º 15/XIII-1º/2021-25

1 - Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia (continuação)

3.1 – Recurso apresentado pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA ao abrigo do Regulamento da Assembleia Municipal, artigo 14º, número 1, alínea m), em conjugação com o Artigo 52º do mesmo Normativo Regulamentar;

3.2 – Apresentação e votação da proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

3.3 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano 2021”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento da Wemob – Nova Consulta Pública”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Programa Dinamizar Mais. Relatório final de execução”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Aquisição de Imóveis. Frações não habitacionais destinadas a escritórios no edifício “Almada Business Center”. Exercício do direito de preferência.”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos do art.º 58º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro”.

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Novos Regulamentos de funcionamento da Creche e Jardim de Infância 1º de Maio, para a valência Creche e para a valência Jardim de Infância”;

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Maria Rita Magalhães (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), Inês Pezarat Correia Bom (BE) e Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS), Luisa Maria Freire Galvão (PS) por impedimento do eleito Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento dos/as eleitos/as Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU); Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento da eleita Maria Teresa Rodrigues Cardinho (CDU); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE);

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas Pacheco; o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, Luis Filipe Palma (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Anabela Matos Tavares.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição da Senhora Vereadora Helena Azinheira.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Domingos Barreto, Eduardo Mestre, José Salgado, João Silva, João Rocha e Ana Loureiro.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Domingos Barreto:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui em representação dos moradores da rua José Vitoriano, no Feijó, lote 12, 10 e 8. Em frente a estes prédios existe um terreno que ao que apuramos pertence à Câmara Municipal, e que nunca foi limpo. Apesar dos esforços do condomínio para chegar à fala com a Câmara Municipal, não nos foi possível, não nos foi dada resposta. Este problema tem-se agravado, uma vez que tem um mato muito, muito grande. Existem bichos, ratazanas nomeadamente, que de noite vão ao lixo, espalham o lixo e que entram para as nossas garagens. Existe também alguns moradores do Bairro Social, que está muito perto, decidiram fazer aí umas pequenas hortas e trouxeram obviamente, mais lixo para esse terreno. Para agravar ainda mais um bocadinho a situação, temos um funcionário dos SMAS, que resolveu vedar parte do terreno, onde fez uma horta e que tem criação de galinhas e uso efetivamente a água da rede para regar essa mesma horta.

Portanto, isto está a tornar-se um problema muito grave, inclusive de saúde pública e também existe perigo de incendio uma vez que o mato é bastante alto. Nós gostaríamos de ver este problema resolvido, uma vez que quando adquirimos os andares, foi-nos dito pelo construtor que esse mesmo terreno pertencia à Câmara Municipal. Eu penso que, pelo menos, não fazendo nada, nenhum espaço verde, não se utilizando efetivamente esse espaço, pelo menos devia ser limpo, dado o perigo que representa para a população e temos crianças e é extremamente complicado e penso que está a sair fora de controlo neste momento.

Nós gostaríamos efetivamente, de ter uma resposta da Câmara Municipal relativamente a este assunto o mais rápido possível. Quanto muito não seja, a limpeza do referido terreno.”



72

5.1.2 – O Senhor Município Eduardo Mestre:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Eduardo Mestre, tenho 64 anos e vivo em Almada há 60 anos.

Nos últimos 25 anos tenho morado na rua do Regil, nos condomínios que têm vista para o Parque da Paz, para terem uma ideia da localização.

Ora, esses condomínios são compostos por seis ou sete prédios, são condomínios duplos, portanto, há o 9/11, há o 13/15, etc., e eu estou aqui em representação de todos esses condóminos. E porque é que eu vim aqui hoje? Porque desde 2012 aproximadamente, que nós andamos a adiar, uma situação que é a seguinte: nós condóminos, temos feito grandes investimentos nesse condomínio, com pinturas, ainda há pouco tempo seis prédios foram pintados, porque aquilo é uma entrada de Almada e, portanto, queremos não só por nós, por valorizar o nosso património, mas também para dar uma imagem num local que é uma das entradas principais de Almada. Mas, ao lado do prédio, existe uma escadaria pública, que é da responsabilidade da Câmara Municipal, e que a Câmara Municipal já assumiu em documentos oficiais que foram entregues numa reunião que houve ontem, com o assessor da vereação senhor João Campos, foi tudo entregue, essa papelada, em que comprovam que a Câmara Municipal assumiu aquele espaço. O construtor na altura, quando nos transferiu o condomínio, disse que a escadaria pública é da responsabilidade da Câmara Municipal, e trata-se da escadaria que fica contigua ao prédio nº 9, que está num estado de degradação enorme. Portanto, como já passaram alguns dez ou doze anos sem que ninguém tenha feito nada, restou-nos a nós condóminos vir aqui apresentar para que fique registado em Ata, o nosso descontentamento sobre o facto, de a Câmara Municipal não ter efetivamente, feito alguma coisa.”

5.1.3 – O Senhor Município José Salgado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estou aqui em representação dos condomínios nº 9 ao nº 19 da rua do Regil, tal como o meu vizinho Eduardo Mestre, neste caso para referir a seguinte situação: a Câmara Municipal licenciou no passado três agências de aluguer de automóveis a Guerin, a Hertz e a Europcar, nas galerias desses prédios. O que acontece é que as três agências estacionam os carros que têm para alugar, na rua, ocupando os lugares dos munícipes e acabamos por não ter lugar às vezes para estacionar.

Além disso, frequentemente existem camiões pesados a carregar e a descarregar carros em que nós se quisermos sair de casa, não conseguimos tirar o carro do estacionamento porque eles estão a meio das cargas e descargas. E de acordo com o que está previsto no Decreto-Lei 181/2012, nomeadamente no artigo 6º, ponto 4, que eu vou ler, diz o seguinte: “os veículos afetos à atividade da Ren-a-car, quando não alugados, não podem estacionar na via pública, salvo em lugares especialmente fixados para esse efeito, designadamente, os situados junto de terminais de transportes”. Como ali não há terminais de transportes, não há lugares assinalados, a Câmara Municipal até hoje, e este assunto já foi no passado em reuniões e nomeadamente, da empresa que faz a gestão do nosso condomínio já foi exposto e até hoje nunca houve um controlo das viaturas que lá estão estacionadas.”

5.1.4 – O Senhor Município João Costa Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho da Quinta do Desembargador, da rua Mário Neves.

Aqueles passeios estão intransitáveis porque estão cheios de mato. No passado, em frente à casa onde moro, havia uma vala que eu próprio desentupi para não levar com as enxurradas das chuvas em cima da porta. Mas, como eu já tenho 73 anos vou fazer 74, eu acho que não devo pegar numa inchada e ir roçar mato. Eu penso que a Câmara Municipal devia fazer isso. Também peço o seguinte, há dois anos foi lá uma equipa, e às tantas eu ouvi o seguinte do senhor que dirigia a equipa: “não limpes aí porque ele não deu nenhum”. Eu não vou dar absolutamente nada a ninguém. Fica já avisado o senhor que para lá for. Escusam de ficar admirados porque foi



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

assim, podia ter sido de outra maneira, mas foi o que eu ouvi. As coisas são o que são e não podemos voltar atrás.

Também há outra coisa nesse bairro, há lá um terreno que penso que alguém queria lá construir não sei o quê, também está cheio de mato. As pessoas têm que andar no meio da rua. Eu até gosto de ver os ouriços caixeiros à noite. Os senhores que têm os animais, são muito giro, passam lá, mas deixam ao pé das portas os cocós dos cães, não levam, eu pedia encarecidamente à Câmara Municipal, eu já pus lá uns papeis pendurados nas árvores, mas não sortiu efeito, ficam lá os cocós. Eu gosto de ver os cães. Mas se eu fosse fazer o meu cocó ao pé das casas dos donos dos cães, eles não gostariam e arranjava um sarilho. Eu pedia encarecidamente à Câmara Municipal, que olhasse para esse assunto.

A limpeza dos passeios, está cheio de mato, intransitável, não se pode lá passar, tem que ser pelo meio da rua e o assunto dos cães também era bom que isto se resolvesse. Basta fazer a limpeza.”

5.1.5 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dizer que durante várias décadas, o Charnequense, Sobredense, foram sendo tratados como cidadão de não pleno direito. Isto equivale dizer que, o tratamento provavelmente foi idêntico ao de um filho bastardo por todos os executivos cessantes. Acontece que presentemente, somos considerados no Município de direito idêntico aos munícipes das restantes Freguesias deste Município pelo atual executivo, cujo a montra desta situação está bem vincada no que respeita aos assuntos relacionados com mobilidade e demais situações que são inadmissíveis a sua existência numa União de Freguesias em pleno século XXI.

Congratulo-me por constatar que as rosas cor de rosa, não estão só a florescer no meu Alentejo, como estão também a florescer neste Município. Já se começa a vislumbrar por este solo fora, sem a utilização de quaisquer fertilizantes, apenas existe trabalho e humildade da senhora Presidente Inês de Medeiros. A qual quando chegar ao fim do seu 2º mandato terá mais obra realizada nesta União de Freguesias do que qualquer outro Presidente deste Município cessantes.

Em tempo, não podia deixar passar esta oportunidade sem elogiar o atual Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Pedro Matias, por ter sido o autor de todas as metas (obras) diligenciadas por si, junto da atual Presidente traçadas para estas Freguesias, as quais foram logo definidas no seu primeiro mandato. Verificamos que todas elas estão a ser cumpridas sem qualquer tipo de desvio no rumo traçado na carta geográfica, bem como em relação à mobilidade, requalificação de parques infantis e de outras situações intoleráveis, ainda existentes na Sobreda e Charneca de Caparica.”

5.1.6 – O Senhor Município Ana Loureiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos últimos dias temos vindo a tomar conhecimento do encerramento das urgências obstétricas e ginecológicas do Hospital Garcia da Orta, dos restantes hospitais da Península de Setúbal e de outros por todo o país.

Por essa razão, no passado dia 10 os núcleos do MDM – Movimento Democrático de Mulheres da Península de Setúbal, endereçaram uma carta à Ministra da Saúde e aos Conselhos da Administração dos Hospitais da Península. A saber, o Hospital Garcia de Orta, do Centro Hospitalar de Setúbal e do Centro Hospitalar do Barreiro/Montijo, da qual demos conhecimento às Câmaras Municipais da Península de Setúbal e que vimos aqui partilhar com esta Assembleia Municipal.

Hoje, afirma-se que o serviço retomou a normalidade, mas sabemos que estamos no fio da navalha, porque a situação que deu origem aos encerramentos não se alterou. Passo a ler alguns enxertos. A justificação apresentada foi mais uma vez a falta de médicos especialistas, que acarreta dificuldades ao funcionamento dos serviços de saúde, que os próprios profissionais vêm denunciando de há longa data. Na verdade, é indesculpável que o funcionamento de um Serviço de Urgências, fique comprometido por uma qualquer natural impossibilidade que surge inesperadamente a um dos seus profissionais. Com estes encerramentos, são horas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7k

em que as mulheres da Península de Setúbal e mesmo do Sul do país, que necessitam destes cuidados médicos urgentes, têm que andar em bolandas procurando cuidados noutros hospitais. É um transtorno e são as horas de angústia pela privação de cuidados. Horas de angústia para todas as trezentas e sessenta e oito mil mulheres, e raparigas da Península. Que deixam de sentir a segurança de ter assistência e cuidados quando deles necessitam. Horas de angústia para todas as grávidas suspensas da disponibilidade de um serviço que nunca sabem quando dele vão necessitar. Para os núcleos do MDM, do Distrito de Setúbal, o encerramento das urgências de ginecologia e obstetrícia é inaceitável. Colide com o direito das mulheres da região aos cuidados de saúde e em particular põe em causa as condições necessárias à tranquilidade e bem-estar das mulheres, e que o nascimento de uma criança exige.

Para os núcleos do MDM do Distrito de Setúbal, não basta afirmarem a intenção de contratar mais médicos, ignorando soluções que respeitem e salvaguardem as condições materiais e humanas, para o exercício responsável da profissão. Assim, como a maioria das remunerações e a valorização das carreiras visando a recuperação de dignidade dos profissionais de saúde.

Como Movimento de Mulheres de opinião de intervenção pelos direitos das mulheres, reafirmamos que o reforço do SNS, é condição necessária para garantir a prestação de cuidados de saúde às populações e em particular às mulheres. Exige-se por isso, o aumento do pessoal de saúde, a melhoria das suas remunerações e a adequada revisão das suas carreiras, a par com o investimento que garanta os meios físicos e tecnológicos adequados.

Exige-se o financiamento do SNS que garanta a adequada prestação de cuidados de saúde às mulheres ao longo de todo o ciclo de vida. As mulheres da Península de Setúbal merecem os necessários cuidados de ginecologia e obstetrícia, em particular o funcionamento regular de serviços de urgência destas valências. As mulheres da Península de Setúbal, merecem e têm direito a usufruir das condições para o exercício de uma maternidade tranquila e uma assistência de qualidade. Reafirmamos que só com o SNS forte se garante o acesso universal a cuidados de saúde para as mulheres em todas as fases de vida que a Constituição da República consagra. Cada falha do SNS é um atentado à saúde e aos direitos das mulheres. Das mulheres e não só, de todos.

Porque é um assunto que afeta as mulheres do Concelho de Almada, gostaríamos ainda de saber, que iniciativas tomou a Câmara Municipal para pressionar a solução deste problema e quais as tenciona vir a tomar neste sentido?"

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão da limpeza do terreno junto aos novos prédios da rua José Vitoriano, eu tenho uma boa notícia, a limpeza já está agendada para a semana. Como sabe há agendamentos nestas limpezas, confirmaram-me que para esse terreno estão agendados o seu corte e a sua limpeza do terreno para a semana.

Relativamente também ao Senhor Múncipe João Costa da Silva. A questão do corte de ervas quando se trata de terrenos privados e a Senhora Vereadora Francisca Parreira, que tem a Proteção Civil mas também a fiscalização, tem-no repetido várias vezes, é uma questão um pouco mais complicada, porque antes da Câmara Municipal poder ir fazer a limpeza, e dever nalguns casos ir fazer a limpeza, os proprietários têm que ser notificados, há todo um procedimento que tem que ser feito, porque a Câmara Municipal naturalmente, não pode ir automaticamente entrar no terreno alheio. Mas, sobretudo, quando há risco de incêndio a Câmara Municipal acaba sempre por o fazer, fazendo o procedimento normal, às vezes nem sempre é simples, é preciso pôr um Edital nesse terreno que se sabe quem é o proprietário, às vezes são processos um bocadinho mais complexos, mas é o procedimento habitual.

Senhor João Costa, como deve imaginar eu não posso não reagir e não defender os serviços da Câmara Municipal. Eu não sei o que é que o Senhor João Costa ouviu, nem ponho em causa as suas palavras. Mas é



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

obvio, que aqui respondo pelos trabalhadores da Câmara Municipal, caso alguma dessas circunstâncias venha a verificar-se, e no caso seriam tomadas medidas de imediato, mas uma coisa lhe garanto, a minha posição aqui é muito firme na defesa dos nossos trabalhadores, na idoneidade dos nossos trabalhadores, na respeitabilidade dos nossos trabalhadores, e na sua honestidade. E, portanto, não posso naturalmente, aceitar sem reagir o tipo de insinuações que fez. Acho muito bem, há trabalhos que são serviços públicos, são para serem feitos, não há pagamentos de municipais, isso não existe na Câmara Municipal de Almada e caso exista, as medidas serão tomadas naturalmente, mas eu volto a dizer, aqui dou a garantia sobre a idoneidade dos nossos trabalhadores.

Relativamente, à rua Regil, houve até dúvidas sobre a propriedade da questão da escadaria, mas houve um compromisso da Câmara Municipal e, portanto, os serviços irão lá verificar, e a partir do momento em que há um compromisso da Câmara Municipal, a Câmara cumpre os seus compromissos. Aqui tem a minha palavra e do Senhor Vereador responsável pelo pelouro, iremos verificar, temos que o incluir dentro do nosso plano de requalificação de vários espaços, vários passeios, várias praticas, não lhe posso dizer quando, mas iremos lá verificar e o compromisso está aqui reafirmado.

Em relação às três agências, é evidente que pela descrição, independentemente das palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que reiterou, parece-me haver claramente falta de fiscalização e, portanto, a nossa empresa de transportes a WEMOB, deverá ir lá fiscalizar essa situação o mais regularmente e entrar em contacto com as três empresas, que caso estejam de facto em falta, deverão ser notificadas para corrigir de imediato esse abuso.

Dizer também em relação à rua do Regil, já agora dar nota que ali à frente também houve a extensão do Parque Urbano do Pragal, que está todo reabilitado e, portanto, tem toda a razão, aquela é uma entrada de Almada, é uma entrada que nós queremos ver cada vez mais dignificada e agradecer naturalmente também, aos proprietários e aos condomínios que, têm essa sensibilidade e essa visão de cuidar de um património, com a consciência de que aquilo é de facto, uma primeira imagem de Almada. E, portanto, fica aqui também a minha palavra de agradecimento, porque o Município requalifica-se, melhora de facto, com a colaboração de todos, e é essa atitude que eu também quero aqui salientar.

Relativamente à intervenção da Senhora Múncipe Ana Loureiro, dizer que, é evidente, que todos nós e eu acho que aqui também todas nós mulheres temos uma particular sensibilidade quando ouvimos falar de serviços de urgência de obstetria, pelo menos todas aquelas que passaram por gravidez e sabemos o momento especialíssimo que isto é na vida de cada uma de nós, quando ouvimos falar de encerramento. A Câmara Municipal tem naturalmente acompanhado, como sabem não é competência da Câmara Municipal, mas temos estado a acompanhar seja junto do Hospital Garcia da Orta, seja junto do Ministério da Saúde a situação.

Dizer que, naturalmente, é com satisfação que ouvimos a Senhora Ministra da Saúde anunciar não só as mil e seiscentas vagas para médicos e médicos especialistas e em particular a criação de mais cinquenta e duas vagas especificamente para ginecologia e obstetria.

Nós também defendemos que tem que haver planos de contingência articulados por região, sobretudo nesta época de verão, é um problema recorrente, não é de agora, não faz sentido que não se consiga arranjar uma solução a esse nível, ainda esta manhã tive de fazer intervenções sobre essa matéria, é a questão de que chega o verão e começa a haver carência de médicos para assegurar as urgências e os turnos, a responsabilidade não é dos médicos sem dúvida, mas nós também defendemos que tem que haver um plano de articulação, de complementaridade, enquanto não há o reforço das equipas, não é uma coisa ou outra, é enquanto não há o reforço das equipas, tem que haver respostas que criem de facto, segurança e que impeçam mais uma fonte de angústia num momento que nos é particularmente caro, mas também particularmente sensível.

Portanto, naturalmente estamos solidários com todas as mulheres que sentem esta dificuldade, felizmente no Hospital Garcia da Orta está ultrapassado, esperemos que não volte a acontecer e que haja o tal plano articulado.

Para terminar, agradecer mais uma vez as palavras sempre gentis do Senhor Múncipe João Rocha. Bem-haja."



6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo ao Recurso apresentado pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA ao abrigo do Regulamento da Assembleia Municipal, artigo 14.º, número 1, alínea m), em conjugação com o Artigo 52.º do mesmo Normativo Regulamentar;

6.1.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/s Municipais;

O CHEGA trás hoje um recurso, pois entende que os direitos e as garantias regimentais foram indevidamente suprimidos, pelo o Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Ninguém num regime democrático pode querer abafar e atrasar situações menos esclarecidas.

Simplesmente, requereu-se uma informação factual, sem se esperar um desenlace desta natureza. Como se existisse algum segredo de estado. O nosso recurso neste momento não se refere ao requerimento em si, nem ao assunto nele representado, refere-se à resposta e ao tratamento do mesmo.

O nosso recurso prende-se no facto, de o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, não poder decidir ao que dá resposta, ao que dá seguimento, a quem responde e a quem não responde. Todos os partidos têm que ser tratados da mesma forma, respeitando o princípio da igualdade e da transparência.

O tratamento de todos os requerimentos tem que ser o mesmo. O mesmo que não se concorde com os mesmos, é nisto que consiste a democracia. Por vezes, tão esquecida, mas sempre apregoada.

Nunca num Estado de democracia onde o respeito tem que ser recíproco, se viu um Presidente de um Órgão dizer a um Deputado Municipal, que veja os vídeos e faça as consultas na Net e no You Tube. Quando há um serviço específico para o efeito. Ninguém está acima da Lei, todos temos de estar sujeitos a normas, e a normativos. Sempre pelo cumprimento da Lei, sempre contra o que se entende ser uma violação da mesma.

Os Senhores Deputados Municipais, podem não concordar com o conteúdo do nosso requerimento, podem não concordar com algumas das propostas, mas não podem concordar que a resposta dada a um pedido seja consulta em You Tube:

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, através do Deputado Municipal, Nuno Mendes, vem, respeitosamente, ao abrigo das disposições legais e regimentais, apresentar Recurso ao Plenário pelas decisões proferidas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. José Joaquim Leitão, o que fez sob a forma de uma primeira resposta decisória – esta com a Ref.º. Of. 501/XIII-1.º/2021-22, Ent. 569/XIII-1.º, com data de 2022.03.24, após a apresentação de um primeiro Requerimento do Partido CHEGA - “Requerimento: recolha de dados relativos ao trabalho, remuneração e dados que mencionem as presenças/faltas, relativos aos anos 2019 a 2022, da Excelentíssima Senhora Vereadora, eleita pelo Bloco de Esquerda, Dra. Joana Mortágua.”, datado de 18 de março de 2022, e o que fez sob a forma de uma segunda resposta decisória, por email, o qual tem por “Assunto: 2.º Requerimento do CHEGA sobre a Vereadora Joana Mortágua do GM BE, Nossa Ref.º.: E-mail Nº: 605/XIII-1.º, Ent. 645/XIII-1.º”, com data de 18 de abril de 2022, após a apresentação de um segundo Requerimento sobre a mesma matéria, este datado de 20 de abril de 2022.

De acordo com o Regulamento da Assembleia Municipal, Artigo 14.º, número 1, alínea m), que expressa, como Direito de um Deputado Municipal, “Invocar o regimento e apresentar recursos, protestos e contraprotestos;” e por força do artigo 52.º, que tem por título “Recursos”, e que expressa que “1 – Qualquer Deputado Municipal pode recorrer para o Plenário das deliberações da Mesa ou das decisões do seu Presidente.”, o Deputado Municipal, Nuno Mendes, recorre-se deste meio Regimental para expor o que entende sobre este assunto, que compreende pertinente, para um alcance da verdadeira Democracia.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Chega:

- a. elabora um conjunto de factos a fim de explicar o sucedido;
- b. expressa as suas alegações factuais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

c. apresenta o melhor Recurso perante os atos praticados pelo Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almada, Dr. José Joaquim Leitão.

Dos Factos – origem do Recurso.

1. Em 18 de março de 2022, o Deputado Nuno Mendes, do Partido CHEGA apresenta um Requerimento com o assunto: “Requerimento: recolha de dados relativos ao Trabalho, remuneração e dados que mencionem as presenças/faltas, relativos aos anos 2019 a 2022, da Exa. Senhora Vereadora, eleita pelo Bloco de Esquerda, Dra. Joana Mortágua.”

2. Em 24 de março de 2022, o Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. José Joaquim Leitão, responde ao supramencionado Requerimento, proferindo uma decisão quando ao Requerido, o que faz com a emissão de Ofício – “Ref^a. OF. 501/XIII-1.º/2021-22, Ent. 569/XIII-1.º”.

3. Nessa resposta decisória, manda o Deputado Municipal do Partido CHEGA, visionar Vídeos na Internet e manda consultar as Atas das Reuniões de Câmara, a fim de conseguir as respostas ao que requer.

4. O Deputado Municipal Nuno Mendes, responde em 20 de abril do presente ano civil, através de novo Requerimento, requerendo, pela segunda vez consecutiva, que o Requerimento fosse enviado para os serviços competentes, por serem estes os detentores do Processo da Exma. Senhora Vereadora Joana Mortágua, apresentando os seus melhores argumentos, numa tentativa de que o predito Presidente alterasse a sua decisão de não enviar para os Serviços competentes tal Requerimento.

5. O Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, responde, negando perentoriamente o Requerimento do Partido CHEGA.

6. Quando confrontado pelo referido Deputado Municipal, o Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, limita-se a dizer que mantém a sua posição vertida no seu “despacho anterior” e que o “Senhor Deputado poderá apresentar um Recurso ao Plenário nos termos do Regimento de Almada”.

7. Não se conformando com tal resposta, por não entender exequível a mesma, decidiu agora Recorrer ao Plenário, como forma de salvaguardar posições, garantir o igual tratamento de requerer por parte de todos os Partidos, mantendo uma Imparcialidade quanto ao solicitado por quem tenha essa mesma legitimidade.

8. Em outras tantas situações, os Deputados Municipais do Partido CHEGA, sentem-se ostracizados e marginalizados pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por verem alguns dos seus Requerimentos serem alvos de pedidos de explicações por alegadas “confusões de conceitos”, o que não é de todo atendível e verdadeiro.

9. Em outras situações, o Partido CHEGA é ostracizado pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nas Comissões Permanentes, no que alega ser uma “decisão Política”, indo contra o que diz o próprio Regimento. Das Alegações factuais:

1. O procedimento do Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almada é deveras criticável e motivo de Recurso político para o Plenário.

2. A sua atuação conjuga, salvo melhor opinião, um conjunto de abusos de poder e de representação, segundo a definição dada pelo Doutor Mota Pinto, em Teoria Geral do Direito Civil.

3. Recorre-se porque a atuação do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, representa, no entendimento do Grupo Municipal do Partido CHEGA, uma Usurpação de poder, por estar fora do seu alcance, das suas competências, excedendo nitidamente a sua melhor prestação, com um desvio nítido da finalidade requerida, num exercício arbitrário do Poder.

4. Recorre-se porque nunca um Partido Político, legitimamente aceite pelos Cidadãos, e nunca colocado em Causa pelo Tribunal Constitucional quanto à sua legitimidade política, foi impedido de ter acesso a informação de uma forma tal negativamente exposta.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7/2

5. Recorre-se porque nunca se viu um Presidente da Mesa de uma Assembleia Municipal, fazer se substituir a um Serviço Competente, detentor de todas as Informações, diga-se, públicas.

6. Recorre-se porque nunca se viu um Presidente da Mesa da Assembleia Municipal mandar um Eleito, - um Representante de parte do Eleitorado Nacional, de um Partido com assento na Assembleia da República, com 12 (doze) Deputados, pertencente à terceira maior força política nacional – ver vídeos na Internet e consultar todas as Atas a fim de retirar as informações legitimamente pretendidas, quando há um Processo Individual de cada Eleito nos Serviços Competentes que explana toda a sua Vida política.

7. Recorre-se porque nunca se viu um Presidente da Mesa da Assembleia Municipal negar uma resposta concreta e objetiva de um Requerimento, alegando "(...) celeridade e economia processual (...)", baseando a sua resposta num "(...) julgo dispor das informações solicitadas, por uma questão de celeridade e economia processual queira encontrar infra as informações pretendidas (...)". (julgo, a negrito, é assim um destaque do Grupo Municipal do Partido CHEGA, a fim de realçar o então dito).

8. A celeridade e a economia processual só devem operar, na visão do Exmo. Senhor Presidente\e da Assembleia Municipal, para a Administração Local, não devendo operar para os Deputados Municipais, para quem tem outros importantes assuntos a tratar, Comissões Permanentes onde tem de comparecer e participar, onde tem de ouvir os Almadenses, onde tem de reunir com associações e entidades públicas e privadas, para o melhor desempenho partidário, no cumprimento das promessas eleitorais proferidas e assumidas.

9. Recorre-se porque se pretende que haja equidade nas respostas, haja Democracia na Assembleia Municipal, haja cumprimento das disposições Regulamentares, haja bom senso, haja respeito pelo trabalho dos Deputados Municipais, haja tratamento igual para com todos os Deputados, uma vez que todos trabalham para uma Causa maior: Servir Portugal, servir os Almadenses, neste caso concreto.

10. Recorre-se da posição perpetrada pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, devido à sua postura antidemocrática em manter o seu "despacho anterior", numa argumentação obsoleta e sem critério comum, a lembrar Despachos do Estado Novo, em que perante factos e a devida explicação e argumentação, em que é dito e exposto o que se entende como próprio e apropriado, é novamente este Deputado Municipal, confrontado com uma resposta, cita-se:

"Nossa Refª.: E-mail Nº: 605/XIII-1º, Ent. 645/XIII-1º,

Exm.º Senhor Deputado Municipal

Nuno Mendes,

Atendendo a que o teor do presente requerimento não acrescenta factos novos aos que já constam do requerimento 05-2022-GMPC, mantenho a posição vertida no meu despacho anterior.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal",

Não dando seguimento ao requerido, como resulta das suas obrigações, por força do Regulamento em vigor.

11. Não se consegue vislumbrar/alcançar o por quê destas respostas e a razão de as mesmas não terem sido encaminhadas a quem de Direito, uma vez que o Requerimento requer precisamente uma vez que se tratava de algo concreto e objetivo, do conhecimento dos Serviços competentes, em processo Político Individual.

12. Não se consegue compreender a desigualdade de comportamentos perpetrados pelo Presidente da Assembleia da República e pelo Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que o primeiro, a pedido de uma força política, sobre as presenças do Líder do Partido CHEGA, Professor Doutor André Ventura, mandou fornecer de imediato tais informações, não se substituindo aos Serviços competentes, nem argumentando com "(...)julgo dispor das informações solicitadas(...)" para atrasar a informação requerida legitimamente.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

13. Não se entende o porquê de atrasar uma resposta que, de uma forma ou de outra, virá ao conhecimento público, custe o que custar, demore o tempo que demorar, percorra-se o percurso que se tiver de percorrer, recorra-se aos meios que se tiver que recorrer.

Perante tais factos e alegações factuais aqui expostas, o Deputado Municipal Nuno Mendes, apresenta este Recurso ao Plenário com o objetivo de:

1. Interpelar o Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, no sentido de este justificar a sua postura;
2. Demandar ao Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que envie o Requerimento aos Serviços competentes;
3. Aconselhar o Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a não extrapolar as suas funções e as suas competências.
4. Todos os Deputados Municipais serem tratados por igual, pondo termo à falta de Democracia que se verifica com o Partido CHEGA.”

6.1.3 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

6.1.3.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como a intervenção do Senhor Deputado Municipal se refere concretamente ao Presidente e à Mesa da Assembleia Municipal, eu em dois ou três minutos responderei o seguinte:

1 – No que diz respeito ao tratamento que foi decidido relativamente ao requerimento apresentado pelo Grupo Municipal CHEGA, esse assunto já foi tratado na Assembleia Municipal, na última Sessão ele foi referido e nas Atas aprovadas ontem, está esclarecida a questão pelo que, no que especificamente diz respeito à decisão sobre o requerimento, do meu ponto de vista e aliás, o Senhor Deputado Municipal também fez a gentileza de o referir, que não era propriamente isso que estava em causa, e, portanto, a atuação da Mesa e do Presidente nessa matéria, já foi devidamente esclarecida e o Presidente já prestou a informação à Assembleia Municipal.

No que diz respeito às outras considerações, o que eu posso dizer ao Senhor Deputado Municipal, é que os princípios pelos quais me rejo e pelos quais se rege a Mesa, exigem de nós e de mim em particular, a isenção relativamente aos vários participantes na Assembleia Municipal, aos vários Grupos Municipais e também obviamente, um grande empenho e até uma grande dedicação e uma grande preocupação, no que diz respeito à preservação e à promoção da democracia nesta Assembleia Municipal.

Portanto, a única coisa que eu posso dizer, é que, pessoalmente lamento a avaliação que o Senhor Deputado Municipal faz, mas não tenho mais nada a dizer sobre o assunto, a proposta está feita e está à consideração da Assembleia Municipal.”

6.1.4 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Francisco salgueiro (PSD), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a este recurso apresentado pelo CHEGA, gostaria de começar por tecer um breve comentário à forma como está redigido, nomeadamente, à acusação de falta de democracia nesta Assembleia Municipal. Não se pode confundir, uma decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por mais que se possa considerar inadequada, do nosso ponto de vista, com qualquer tipo de atuação antidemocrática neste Órgão.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal já nos habituou há algum tempo, que os princípios democráticos que estão sempre presentes na sua ação política, mais concretamente, no seu exercício enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Almada.

Achamos, contudo, que neste caso em apreço, devia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente o estabelecido nos seus artigos 29º e 30º e do Regimento da Assembleia Municipal, nomeadamente o determinar dos seus artigos 14º, 25º e 26º, encaminhar este requerimento do CHEGA, para a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para efeitos de resposta.”

6.1.4.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, agradeço as primeiras considerações que fez.

No que diz respeito à segunda parte da sua intervenção, o que eu lhe posso dizer é o seguinte: eu já fundamentei a minha decisão aqui na Assembleia Municipal, na altura explicitiei que da minha decisão cabia recurso para a Assembleia e a decisão da Assembleia Municipal será cumprida por mim, mesmo que eu não concorde com ela, se a Assembleia Municipal decidir que o requerimento que eu não fiz seguir para a Câmara Municipal, porque dizia respeito a matérias que eram do conhecimento público, se entender a Assembleia Municipal que eu devo enviar o requerimento, eu como Presidente da Assembleia Municipal, respeitarei a decisão da Assembleia Municipal, e assim farei.

Também já disse ao Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, que se o Grupo Municipal do Partido CHEGA, entender que o Presidente cometeu uma ilegalidade como tem sustentado, vivemos num Estado de Direito e, portanto, podem recorrer para os Tribunais nos termos legais aplicáveis e se o Senhor Juiz entender que devo proceder de outra maneira, cumprirei, mesmo que não concorde, porque vivemos um Estado de Direito, eu sou democrata e aceito as decisões tanto da Assembleia Municipal como dos Tribunais, como não podia aliás, deixar de ser.

Portanto, o seguimento desta matéria no momento atual, está nas mãos da Assembleia Municipal. Já expliquei o meu ponto de vista e, portanto, é a decisão dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.”

6.1.4.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, não querendo de todo interferir nesta questão e não vou interferir, mas acho que é importante, porque há aqui munícipes e estas Sessões estão a ser transmitidas, acho que é importante passar a informação a todas as pessoas, a todos os munícipes almadenses. E dar nota, que todos/as os/as Senhores/as Vereadores/as fazem, no início dos seus mandatos declarações que são entregues ao Tribunal Constitucional. Essas declarações são consultáveis segundo as regras do próprio Tribunal Constitucional. E, portanto, o Tribunal Constitucional que não só garante a transparência e a consulta, mas que também, garante os termos da privacidade de cada um dos/as Senhores/as Vereadores/as. Ser eleito é uma honra seja qual for o Partido a que se pretende. Mas também, não é denegrindo, não é lançando suspeições e não é perseguindo seja quem for nem querendo expor violando toda e qualquer regra democrática aquilo que é a vida de cada um, e as remunerações de cada um, que se defende a democracia. Eu respondo isto não em relação a este requerimento do qual naturalmente, enquanto Câmara Municipal nada temos a dizer e a pronunciar-se, mas acho que é importante que nestas ocasiões, lembrarmos-nos que a democracia e a transparência, têm regras. A primeira das regras, é respeitar os termos dessa mesma democracia e aquilo que é também a privacidade e o respeito de cada um dos eleitos que estão aqui por vontade do povo.”

6.1.4.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que está a haver aqui alguma confusão. Os/as Senhores/as Vereadores/as têm que entregar um conjunto de declarações no início do mandato, mas a declaração que entregam no início do mandato não indica



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

o número de faltas que deram, foi um dos pontos que nós questionamos. Não percebemos onde é que está o segredo de Estado, em querer saber um conjunto de faltas de um eleito para um Órgão Público. É isto que nós pretendemos saber. É este o segredo que está aqui a levar-nos já pela terceira ou quarta vez, a discutirmos este assunto. Nós perguntamos e não a perguntar se concordam com a nossa questão ou não, democraticamente podemos coloca-la. Fizemos uma questão onde está indicado o número de faltas, o número de presenças, e é isto que não está a ser respondido e eu gostaria de saber em que documento entregue pelos Vereadores no início do seu mandato, está a dizer as faltas que os mesmos tiveram ou vão ter.”

6.1.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação Recurso tendo sido rejeitado com 21 votos contra sendo, 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes da Junta de União de Freguesias e do Senhor Presidente de Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 14 abstenções sendo, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; 2 votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA.

6.2 – Para apresentarem Declarações de Voto usaram da palavra o/a Senhor/a Deputado/a Municipal Ana Margarida Lourenço (PS) e Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O motivo pelo qual eu pedi a palavra é porque de facto, para o Partido Socialista é absolutamente claro, que somos completamente contra qualquer ato demagógico que seja feito nos Órgão Autárquicos. E este requerimento que entrou, não passa de um ato demagógico. Aliás, aquilo que aqui vimos há pouco, foi o Senhor Deputados Municipal do CHEGA, dizer que, ter acesso às faltas que houve de um determinado Vereador. As Atas da Câmara Municipal são públicas. Qualquer cidadão de Almada, fora de Almada ou de qualquer parte do mundo, poderá ver nas Atas quem são os Vereadores que estão presentes em cada reunião, o motivo pelo qual não estão presentes, se se fizeram substituir ou não, e se a falta foi ou não justificada. E, portanto, aquilo que nós aqui vimos hoje, foi um ato meramente demagógico, e com isto o PS nunca irá compactuar. Pela dignificação deste Órgão e pela dignificação de qualquer Órgão das Autarquias Locais.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tivemos que votar a favor desta proposta para esclarecer um ponto aqui na Assembleia Municipal. Sabemos que o PS só aceita a demagogia no Governo, nos Órgão Autárquicos não aceita e faz a diferenciação.”

6.3 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

6.3.1 – Para apresentar a proposta do Grupo de Trabalho de Revisão ao Regimento, usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

6.3.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Regimento da Assembleia Municipal habitualmente é revisto no início de cada mandato. No início deste mandato foi constituído um Grupo de Trabalho, constituído pelo Presidente da Assembleia Municipal e por um Representante de cada Grupo Municipal, que analisou o Regimento do mandato anterior e que ainda está em vigor neste momento, realizou cinco reuniões de trabalho, e dessas reuniões de trabalho resultou uma proposta. Essa proposta não recolheu relativamente a cada um dos artigos a concordância de todos os Senhores Deputados Municipais. Somos um Órgão plural e obviamente, não estamos de acordo relativamente a tudo, nem sequer no Regimento. Mas foi feito um esforço no sentido de conseguir um denominador comum razoável. E é essa proposta que está presente e à vossa consideração.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

Foi acordado na Conferência de Representantes, que depois deste trabalho conjunto, ainda poderia obviamente, ser decidido na Assembleia Municipal como não poderia deixar de ser, alguma alteração ou algum acrescento, aditamento. Portanto, ficou definido que as propostas de alteração deviam ser enviadas até ao final da passada segunda-feira, foram apresentadas propostas e foram distribuídas a todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

As propostas que houve foram apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU que são quatro propostas de alteração. Foram distribuídas aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

Portanto, este é o quadro em que se situa esta discussão. De qualquer modo o que está em cima da Mesa é a proposta de Revisão do Regimento.”

6.3.2 – Para apresentar as propostas de alteração ao articulado consolidado do Grupo Municipal da CDU, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU);

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta que foi distribuída e que é do conhecimento dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais, não detalha as razões pelas quais a CDU apresenta estas quatro propostas de alteração e eu gostaria muito sinteticamente de aqui explicitar as razões:

Relativamente ao artigo 23º, nº 3, que é uma proposta que chega do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativa à composição da Mesa no caso da ausência de um dos membros, dessa mesma Mesa, nós não encontramos na legislação qualquer artigo que possa suportar esta decisão, que no fundo corresponde a uma cooptação de um membro da Mesa por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, junto do Grupo Municipal a que pertence o membro da Mesa faltoso. A Lei é muito clara relativamente a esta matéria. A Mesa define a forma como a Mesa é eleita, e a Mesa é eleita, em todas as circunstâncias, não há nenhuma forma de fazer cooptação dos membros da Mesa. E daí a proposta de eliminação deste ponto do artigo 23º.

Relativamente ao artigo 24º, nº 2, que é relativo à paridade entre os sexos na constituição da Mesa da Assembleia Municipal, a pergunta que nós fazemos, é como é que o Senhor Presidente resolve o problema da paridade numa Mesa que tem três elementos? Porque paridade significa igualdade, e em três elementos é difícil de estabelecer essa paridade. Para além de que, o que a Lei dispõe nesta matéria, é que as listas de candidatos a órgãos eletivos, têm que respeitar uma paridade que não é uma paridade real, é 40% de um dos sexos tem que estar presente nessas listas, mas não impõe que os órgãos sejam compostos por 40% de um dos sexos. Porque com as substituições essa paridade é alterada e a gente sabe que é alterada, basta olhar para a Assembleia da República e perceber exatamente essa realidade.

Depois, temos uma proposta de alteração ao nº 4, do artigo 35º, que é relativo à possibilidade de ser alterada a Ordem de Trabalhos das Sessões da Assembleia Municipal, e propomos que seja introduzida no início deste ponto, a expressão “Tratando-se de Sessões Ordinárias”. Porque aquilo que a Lei prevê, é expressamente, que no caso de Sessões Ordinárias esta alteração é possível. No caso das Sessões Extraordinárias não é possível. E, portanto, propomos que seja introduzida esta expressão: “Tratando-se de Sessões Ordinárias” e segue o número tal qual está.

Finalmente, relativamente ao artigo 83º, nº 6, que tem que ver com o funcionamento das Comissões Permanentes com a possibilidade de o funcionamento das Comissões Permanentes sem um número total dos seus membros, a redação que está proposta é de que possam funcionar com um terço dos seus membros desde que estejam representados, dois dos três maiores Grupos Municipais, e a nossa proposta é de que esta redação seja alterada e possam funcionar com um terço dos seus membros, desde que estejam presentes o respetivo Presidente ou Secretário. Isto tem uma razão muito simples, é que neste momento na Assembleia Municipal, não há três maiores Grupos Municipais, mas quatro. Porque o terceiro e quarto têm o mesmo número de Deputados, que é o PSD e o Bloco de Esquerda. Portanto, é mais lógico que as Comissões possam funcionar com



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

um terço dos seus membros desde que esteja presente o Presidente ou o Secretário, do que, desde que estejam presentes dois dos três maiores Grupos Municipais.”

6.4 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Ivan Costa Gonçalves (PS) e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP)

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste ponto da Ordem de Trabalho, o CDS-PP quer apenas entregar os parabéns a todo este Grupo de Trabalho que, redigiu e que trabalhou na Revisão do Regimento.

Sabemos que há sempre alterações que são necessárias, há sempre que adaptar o Regimento a novas situações e a novas realidades. E, portanto, tendemos para que o Regimento se torne um instrumento mais moderno, mais funcional e também mais adaptado aquilo que são as realidades.

Portanto, penso que este Grupo durante este período de trabalho, fez aquilo que estava à sua altura, podíamos ter ido mais longe se calhar podíamos não ter ido, mas tendo em conta aquilo que são os Regimentos de outras Assembleia Municipais, eu penso que o Regimento da Assembleia Municipal de Almada é bastante razoável e portanto, o CDS-PP também contribui com algumas propostas a qual destaca-se e isto não é nada novo como é evidente, foi buscar à doutrina já existente, que é o artigo 70º, onde vamos passar a ter anualmente o debate sobre o estado do Município que saudamos.”

Senhor Presidente dar novamente os parabéns por este Grupo de Trabalho, pelo trabalho que foi possível e dizer também que o CDS-PP irá votar favoravelmente todas as propostas de alteração da CDU.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já a sintetizou e o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco já o disse também.

Este Grupo de Trabalho foi constituído tendo um Membro de cada Partido, e como é obvio, existem diferentes sensibilidades e existem diferentes soluções para cada um dos problemas que se nos foi deparando ao longo destas semanas de trabalho.

Agora, aquilo que procurámos, foi sempre num espírito de tentar encontrar soluções consensuais, resolver estes mesmos problemas. O Partido Socialista teria mais propostas para além daquelas que estão vertidas neste Regimento, mas aquilo que entendemos é que também manter um espírito de lealdade para com o trabalho que fizemos, não o devemos apresentar porque o Regimento deve ser um documento o mais abrangente possível.

Portanto, relativamente às propostas que a CDU nos faz, votaremos contra, e votaremos a favor desta proposta que é, não sendo uma proposta consensual, e diria até, que em cada uma das alterações, em cada um dos artigos, há graus de aceitação ou pelo menos de concordância que são diferentes, necessariamente nalguns deles podíamos procurar outras soluções, aquilo que tentámos, foi mesmo chegar ao fim deste trabalho e ter uma solução que deixasse todos os partidos confortáveis.

Portanto, partindo deste princípio, votaremos favoravelmente e gostávamos também de cumprimentar todos os membros dos outros partidos, que fizeram parte deste Grupo de Trabalho e todo o Trabalho que tivemos também ao longo destas semanas para tentar que este documento seja o mais abrangente possível, porque nos parece que essa é a melhor forma, de nós também podermos ao longo destes quatro anos, sem prejuízo de podermos vir a fazer outras alterações se entendermos que são necessárias, mas que ao longo destes quatro anos consigamos desenvolver aqui o nosso trabalho, com divergências necessariamente, com divergências políticas, isso faz parte do que é a natureza política e da democracia, mas com regras mínimas de convivência e



com o estabelecimento dessas mesmas regras, daquilo que é o jogo democrático e no fundo daquilo que é o trabalho que a Assembleia Municipal de Almada terá de fazer ao longo deste mandato.”

6.4.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta obviamente que foi feita por um Grupo de Trabalho, eu aliás, quero agradecer o esforço dos Representantes de todos os Grupos Municipais que participaram neste trabalho, foi um trabalho de facto, conjunto, mas a partir do momento em que a Mesa formula a proposta na Assembleia Municipal, ela deixa de ser sua e quem decide é a Assembleia Municipal.

De qualquer modo, relativamente a um dos aspetos referidos, que é a possibilidade de, havendo uma falta na Mesa, a maior parte das Assembleias Municipais e nós verificamos isto nos Regimentos, têm um princípio que é a Mesa coopta um Deputado Municipal, que integra a Mesa na respetiva reunião. Isso acontece por exemplo, na Assembleia Municipal de Lisboa que foi um Regimento utilizado por nós como referência em muitas situações. O argumento da CDU que, foi reconhecido nomeadamente, por mim, é que não podia por cooptação haver um elemento que integrasse a Mesa. E por isso, é que a redação que foi utilizada, foi uma redação que acautela o que eu entendi ser uma objeção que fazia sentido da bancada da CDU.

Portanto, aquilo que se propõe, não é que, havendo a falta do elemento da Mesa, como percebem, é sempre importante estar a Mesa completa para dirigir os trabalhos, havendo a falta de um elemento da Mesa, não foi proposto que se cooptasse um novo elemento da Mesa. O que está exatamente escrito é o seguinte: “Nas faltas ou impedimentos de um dos seus membros, a Mesa é coadjuvada por um Deputado Municipal convidado pelo Presidente e designado pelo Grupo Municipal a que o membro da Mesa pertence.” O que é que isto significa? Que quem vem coadjuvar a Mesa, como não é membro da Mesa não pode participar nas decisões da Mesa, nas matérias que são competência da Mesa, só os membros da Mesa é que podem decidir. O elemento que vem coadjuvar, apenas se destina a ajudar a Mesa na condução dos trabalhos.

Portanto, foi a este o sentido, mas de qualquer modo está neste momento à consideração da Assembleia Municipal.”

6.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação das propostas de alteração ao Regimento do Grupo Municipal da CDU, tendo-se registado os seguintes resultados:

6.5.1 – O artigo 23º, nº 3, foi rejeitado com 21 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e dos/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do PAN; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA; 14 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.2 – O artigo 24º, nº 2, foi rejeitado com 21 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e dos/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA; 14 votos a favor, sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.3 – O artigo 35º, nº 4, foi aprovado por maioria com 18 votos a favor, sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA; 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e dos/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.5.4 – O artigo 83º, nº 6, foi aprovado por maioria com 18 votos a favor, sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA; 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e dos/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.5.5 – Passou-se à votação do Regimento da Assembleia Municipal tendo sido aprovado por maioria com 35 votos a favor sendo 17 votos dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e dos/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A proposta de alteração apresentada pelo Grupo de trabalho para a Revisão do Regimento da Assembleia, introduzindo as seguintes propostas de alteração ao articulado consolidado:

***Artigo 35º, nº 4**, relativo à possibilidade de alteração da ordem de trabalho das sessões da Assembleia Municipal em situações pontuais e devidamente fundamentadas, desde que os deputados municipais tenham conhecimento dessas alterações com 48 horas de antecedência relativamente ao início da sessão. A CDU propõe a inclusão no início do ponto da expressão “Tratando-se de sessões ordinárias, ...”.*

***Artigo 83º, nº 6**, relativo ao funcionamento das comissões permanentes sem o número total dos seus membros. A CDU propõe que a redação deste número seja alterada para “As Comissões podem funcionar com a presença de um terço dos seus membros desde que estejam presentes o respetivo Presidente ou o Secretário”.*

6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto.

6.5.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega, absteve-se na votação deste Regimento pelas seguintes razões:

a) um regimento, rege, o que quer dizer, ordena as suas ideias e assuntos. Estipula regras e normas. Este Regimento, não serve o seu propósito: regular as atividades.

b) um qualquer Regimento deve ser preciso, coordenado, livre de qualquer tipo de confusão, explícito, que possibilite a um Bom pai de família interpretá-lo da melhor forma possível.

c) o Regimento não está devidamente estruturado em todos os seus artigos.

d) o Regimento faz confusões entre direitos e deveres, entre obrigações e garantias.

e) O regimento causa a quem o lê uma confusão mental.

f) o articulado contém direitos. Depois, no mesmo artigo, aparece negações: exemplo: “o deputado municipal tem o direito de ...” e de seguida no mesmo artigo, numa alínea qualquer, no meio de ideias perdidas, aparece “não pode o deputado fazer...”. Tal é de difícil entendimento.



g) no articulado das competências, fala-se de “apreciar” para depois se falar de “deliberar”, seguindo-se novamente apreciar, o que não é de todo num regulamento. Reitero o dito: um regulamento, regula, o que quer dizer, ordena as suas ideias e assuntos.

h) os assuntos estão expostos sem uma lógica jurídica, carecendo de um arranjo substancial.

Denota-se que se persiste no erro, na confusão, numa clara desobjetividade dos factos.

Infelizmente, apesar de existir um novo Regulamento, continua a persistir uma violação nítida na sua aplicação, no seu cumprimento por parte do Partido dominante: PS.

6.6 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

6.6.1 – Para apresentar o Relatório da 2ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira Silva (PS);

6.6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados Municipais;

A Segunda Comissão Permanente para as áreas da Educação, Cultura e Desporto, realizou até ao presente, três reuniões com os Vereadores responsáveis pelos pelouros que acompanha.

A saber com o Senhor Vereador Filipe Pacheco, para abordar as temáticas das políticas municipais de Juventude e Desporto; com a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, para acompanhar as principais questões relacionadas com o pelouro da educação e com a Senhora Presidente Inês de Medeiros, para focar as questões relacionadas como pelouro da cultura, que se encontra sob a sua alçada.

Nas três reuniões referidas, seguiu-se a mesma organização de trabalhos, que começava com uma breve introdução pelo Presidente da Comissão, na qual dava nota de ser objetivo tomarmos contacto com a visão e linhas gerais da política municipal; os principais projetos e atividades; constrangimentos mais significativos e outros assuntos tidos por pertinentes.

Seguidamente o Senhor Vereador, ou a Senhora Vereadora ou a Senhora Presidente, fizeram intervenções de 30 minutos, nas quais enquadraram as questões colocadas, para posteriormente os Senhores Deputados Municipais poderem fazer perguntas sobre a intervenção, ou sobre qualquer outro tema relacionado com os pelouros acompanhados nesta 2ª Comissão.

Da reunião havida com o Senhor Vereador Filipe Pacheco, foi a Comissão Informada das linhas gerais para a política de juventude, de que consta a vontade de capacitar o movimento associativo juvenil e a promoção da formalização das associações juvenis existentes.

Na área do desporto foi a Comissão informada do essencial das obras previstas no decurso do mandato, assim como dos principais eventos desportivos previstos para os próximos anos e os mecanismos de apoio ao movimento associativo na área do desporto.

A reunião com a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, incidiu substancialmente sobre os desafios que se colocam com a descentralização, assim como na continuidade das atividades, das responsabilidades anteriormente assumidas e competências já anteriormente delegadas.

Foram ainda abordadas as questões relacionadas com as principais obras em curso e a realizar nos estabelecimentos educativos. Neste caso, foram sinalizadas algumas das principais dificuldades decorrentes da conjuntura, que assumem impacto negativo no lançamento das empreitadas, em virtude concursos que têm ficado vazios, no Concelho de Almada, como em todo o país.

A Senhora Presidente Inês de Medeiros, tendo a seu cargo ao acompanhamento direto da área da cultura, falou sobre os grandes eventos e projetos previstos, assim como das principais obras a realizar nos diversos equipamentos culturais. Também neste contexto foi dada nota das dificuldades sentidas no lançamento de empreitadas, assim como das medidas lançadas para mitigar estes inconvenientes.

O detalhe das exposições, as questões suscitadas e as subseqüentes respostas, podem ser consultadas nas atas de cada uma das reuniões.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.2. – Para apresentar o Relatório da 3ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS);

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Comissão realizou a sua reunião de instalação no dia 18 de janeiro de 2022, tendo os eleitos que a integram projetado os seus trabalhos ao longo do mandato autárquico de 2021-2025.

A segunda reunião da Comissão realizou-se no dia 11 de março de 2022, tendo sido discutida a possibilidade de reunião com um conjunto de entidades externas, tendo em vista a obtenção de mais informação relativa a diversos assuntos de relevância para o Concelho, bem como a realização de reuniões com os membros do executivo camarário com responsabilidades em áreas coincidentes com o âmbito de ação da Comissão.

Foi decidido que, de entre estas possibilidades, a de maior prioridade seria a realização de uma reunião com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, cuja solicitação foi enviada, no seguimento desta decisão, pelos canais apropriados.

A dia 15 de junho de 2022 realizou-se a terceira reunião desta Comissão, tendo ficado decidido que, não existindo até ao momento uma resposta por parte do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas ao pedido de reunião enviado, os trabalhos da mesma prosseguiriam. Ficou assim decidida a marcação de três reuniões com os três membros do executivo camarário que detêm pelouros com matérias conexas ao trabalho desta Comissão: a Presidente da Câmara Municipal de Almada Inês de Medeiros e os vereadores José Pedro Ribeiro e Nuno Matias.

Estas reuniões têm como objetivo o debate sobre o ponto de situação e as perspetivas futuras da ação da Câmara Municipal nestes domínios.”

6.6.3 – Para apresentar o Relatório da 4ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD);

6.6.3.1 O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta primeira reunião trocaram-se algumas impressões sobre o funcionamento futuro da Comissão e decidiu-se marcar a próxima reunião para o dia 9 de março de 2022.

A Comissão realizou a 2ª reunião em 9 de março de 2022 tendo deliberado solicitar em primeiro lugar reuniões aos Senhores Vereadores José Pedro Ribeiro, com o pelouro da Economia e Desenvolvimento Local e Nuno Matias, com o pelouro do Turismo, Mercados e Comércio.

Foi ainda decidido solicitar reuniões posteriormente à Associação do Innovation District e ao Centro de Emprego de Almada.

Realizou-se ainda algum debate em que os diversos deputados puderam tecer considerações relativas ao difícil momento económico que o país e o mundo atravessam.

Entretanto realizou-se a 3ª reunião da Comissão no dia 13 de abril de 2022, com a presença do Sr. Vereador José Pedro Ribeiro que detém o pelouro da Economia e do Desenvolvimento Local tendo efetuado uma apresentação aos deputados sobre o andamento de várias matérias referentes às suas áreas de responsabilidade, nomeadamente aos indicadores económicos relativos ao Concelho de Almada e à taxa de desemprego verificada no último triénio, referiu-se ainda a alguns indicadores urbanísticos e às receitas de taxas.

Neste caso verificou-se uma diminuição de receitas das taxas no ano de 2020 na ordem de 15,39% em relação a 2019, mas um aumento do crescimento em 2021 na ordem dos 41,09.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/1

Seguidamente deu uma breve panorâmica sobre o Programa Dinamizar de apoio aos estabelecimentos de restauração e bebidas e ao pequeno comércio referindo-se ao número de candidaturas apoiadas e a que despesas eram contempladas no programa, tendo havido um apoio direto em 2020 no valor de €1.000.000 e em 2021 no valor de €1.263.950,45.

Abordou também o peso económico do Surf na Freguesia da Costa da Caparica e à continuidade do Novo Dinamizar referindo-se à criação de um “Cartão Almada”, bem como estando a preparar-se uma candidatura aos Bairros Digitais.

Finalmente, respondeu a diversas questões colocadas pelos deputados municipais sobre os mais variados assuntos.

Na 4ª reunião da Comissão, realizada em 20 de abril de 2022, esteve presente o Sr. Vereador Nuno Matias, com o pelouro do Turismo, Mercados e Comércio, que concretizou uma apresentação aos deputados sobre as atividades previstas para o ano de 2022 nas suas áreas de responsabilidade, tendo abordado a elaboração do Plano Estratégico Municipal do Turismo, a colocação de Postos de Turismo Virtuais e requalificação dos mupis existentes, a realização de filmes promocionais sobre o Concelho de Almada, a colocação de nova sinalética turística, a preparação de novos materiais de divulgação turística, a criação de novos itinerários turísticos, a candidatura de Almada à inclusão nos Caminhos de Santiago, o Projeto Almada Mais Sustentável, a requalificação do Elevador da Boca do Vento e do Posto de Turismo da Costa da Caparica.

Relativamente aos eventos previstos, para já, dar nota da realização do Trafaria ComProva de 8 a 10 de julho, na Trafaria, a divulgação do Concelho de Almada na RTP, no Programa “Um Paraíso Chamado Portugal”, o concurso gastronómico Sabores de Almada, entre setembro e outubro, a Festa das Castanhas, em novembro, bem como o apoio ao Almada de Portas Abertas e ao concurso de montras inerente a esta iniciativa que se verifica no dia 1 de julho.

Informou ainda do lançamento de um concurso de ideias para a requalificação dos Mercados de Almada e da Costa da Caparica, bem como algumas iniciativas urgentes relativas ao Mercado Abastecedor que necessitam de atualização no que se refere à copa, aos balneários e sanitários.

Relativamente ao Mercado da Cova da Piedade está em reavaliação a ocupação do piso superior e nos mercados do Monte de Caparica e da Trafaria, encontra-se em avaliação um conjunto de questões com a respetiva União de Freguesias.

Está ainda em análise algumas intervenções pontuais nos mercados do Feijó e da Sobreda.

Encontra-se em revisão o Projeto do Regulamento Municipal dos Mercados Retalhistas e está-se a realizar o levantamento de custos da acreditação do Serviço de Metrologia.

Encontram-se também em fase de preparação para revisão diversos Regulamentos Municipais como o dos Horários dos Estabelecimentos Comerciais, o de Ocupação do Espaço Público, o de Publicidade e Propaganda, entre outros.

Seguidamente os senhores deputados da 4ª Comissão colocaram diversas questões sobre os mais variados assuntos, tendo o Sr. Vereador Nuno Matias respondido às mesmas.

A 5ª reunião da Comissão realizou-se no dia 30 de maio de 2022 com a Associação do Innovation District, estando presentes por parte desta entidade os Senhores Professores Virgílio da Cruz Machado e José Ferreira Machado que fizeram uma abordagem aos deputados municipais de como está o andamento do projeto dando destaque às preocupações de âmbito ambiental e à fixação de pessoas na área de implantação, referindo-se ao fator da sustentabilidade e de desenvolvimento prevista.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Referiram-se também aos cerca de 200 hectares de implantação dando conta dos primeiros projetos a implantar como a residência para estudantes com cerca de 50 quartos, o complexo de Padel e a instalação do Supermercado LIDL.

Manifestaram também algumas preocupações, sendo que uma das maiores tem a ver com a possibilidade de redução do IVA de 23% para 6% que se poderia vir a verificar.

Aludiram também à componente energética solar prevista para o empreendimento e a possibilidade de serem instalados na zona terminais de carregamento elétrico tendo em vista a nova frota de barcos elétricos da Transtejo, por exemplo.

Falaram da necessidade de reperfilamento da Av. Timor Lorosae, sendo que já existe um estudo preliminar.

Foram colocadas diversas questões pelos deputados municipais ao que os membros da associação responderam.

Sendo que dos maiores proprietários na zona de intervenção são a FCT e a Santa Casa da Misericórdia de Almada.

Verifica-se também a necessidade de cativar mais investidores para este importante projeto, sendo que também têm verificado a necessidade de obterem uma estrutura mais profissionalizada e uma interação com o ensino básico e secundário.

Abordaram também a temática do Marketing Territorial dizendo que esta nova cidade está prevista desenvolver-se em 30 ou 40 anos, sendo que um dos objetivos importantes se prendem com a dinâmica da mobilidade.

A importância de que com este projeto se possam mitigar os desequilíbrios locais e sociais.

Destacaram ainda a candidatura da Universidade Nova ao PRR com o intuito de continuar a recuperar o Presídio da Trafaria e a criação de um Instituto de Arte e Tecnologia no concelho que abranja as artes visuais e digitais, moda e design, artes sonoras e do espetáculo.

6.6.4 – Para apresentar o Relatório da 5ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU);

6.6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 14 de fevereiro de 2022 procedeu o Sr. Presidente da AMA, José Luis Leitão, à instalação da 5ª Comissão Permanente, tendo posteriormente sido feito pela presidente da Comissão, um resumo do trabalho desenvolvido no anterior mandato e assuntos que se encontravam pendentes.

Foi decidido solicitar pedido de visita ao atual Centro Oficial de Recolha Animal do Município de Almada e também ao local projetado para a instalação do novo Centro de Bem-estar Animal.

Foi também acordado solicitar uma reunião ao gabinete da APAV de Almada.

Considerou-se ainda, que se mantinha premente, proceder novamente a um pedido de reunião sobre o ponto de situação da habitação social no concelho, ao atual vereador, dado que não se obteve resposta no mandato anterior a esta solicitação.

No dia 2 de março realizou-se a segunda reunião de trabalho em que se debateram propostas apresentadas pelos senhores deputados municipais de áreas a discutir e entidades a envolver, tendo ficado decidido solicitar reuniões com as seguintes entidades:

- ACES Almada/Seixal (utentes sem médico de família, migrantes, saúde mental, saúde oral, pedopsiquiatria, implicações da pandemia);



- Direção Geral de Saúde Lisboa e Vale do Tejo (Hospital do Seixal, implicações da pandemia);
- Administração do Hospital Garcia de Orta (funcionamento geral, urgências de pediatria e obstetrícia)
- Vereadora Teodolinda Silveira (transferência de competências da saúde e ação social, apoio do município a refugiados e projeto de saúde oral).

Em 10 de Março deslocaram-se os senhores deputados municipais ao gabinete da APAV, onde foi apresentada a atividade desenvolvida que consta de atendimento especializado a pessoas vítimas de crimes, a familiares e amigos.

Este apoio faz-se presencialmente, mas também através de uma linha telefónica de apoio à vítima. Estão integrados enquanto parceiros, em vários projetos de proximidade à comunidade, na rede CARE, dirigida a crianças e jovens vítimas de crime sexual, rede de apoio ao migrante e rede de apoio a vítimas de tentativa de homicídio.

Têm ainda um apoio especializado para vítimas de crimes informáticos.

O apoio é multidisciplinar, psicológico, social e jurídico.

Almada, surge no relatório Anual de Segurança Interna de 2020, como o município do distrito de Setúbal com maior criminalidade registada. Em 2021 realizaram 1326 atendimentos no âmbito de 491 crimes apoiando 264 vítimas. Crimes registados, em 1º lugar, a violência doméstica. 86% das vítimas são do sexo feminino entre os 25 e os 54 anos e na sua maioria têm escolaridade de nível superior. Relação do autor do crime com a vítima, cônjuge, companheiro, ex-companheiro/cônjuge e filhos.

A 5 de Abril realizou-se a visita ao Centro de Recolha Oficial, onde pode ser observado a forma/espacos onde os animais estão alojados, tendo ainda sido explicado como se fazia a receção e adoção de animais, seguiu-se a visita ao terreno destinado ao novo Centro de Bem-Estar Animal.

A 23 de Maio realizou-se reunião com a Sra. Vereadora Teodolinda Silveira, onde foram prestadas informações sobre a transferência de competências na saúde. Foi efetuado um levantamento do parque edificado, viaturas e recursos humanos, constataram que existem discrepâncias entre o levantamento efetuado pelos serviços da Câmara Municipal de Almada e os autos enviados pela ARS pelo que vai ser realizada uma reunião para aferir as referidas discrepâncias, acordou-se que após a assinatura do auto de transferência será agendada nova reunião.

Relativamente à transferência de competências da ação social, esta foi adiada para 2023, é uma área bastante complexa pela sua abrangência e especificidade e também pela existência de diversos protocolos entre as IPSS's e a Segurança Social.

Na área da saúde mental foi feito um contrato de comodato de 3 lojas em Alfazina, com o HGO para funcionamento de hospital psiquiátrico de dia. Será também criada a resposta de uma residência de suporte à autonomia que será gerida pelo GIRA.

Através também de protocolo com o Centro Paroquial Nossa Senhora da Conceição será criada uma resposta dirigida à população sem abrigo, denominada House in First.

Pretendem fazer uma candidatura ao abrigo do PRR para a criação de alojamento temporário de emergência, alternativa aos atuais abrigos, com capacidade para 25 pessoas.

No âmbito do projeto de saúde oral, foi aprovada uma candidatura conjunta com a Associação Portuguesa Promotora de Saúde Oral para a abertura de uma clinica de saúde oral em que a CMA cede o espaço e a APPSO o equipamento e recursos humanos.

Quanto a respostas criadas dirigidas à população refugiada, a CMA foi contactada pelo ACM a solicitar alojamento temporário pelo que foi disponibilizado alojamento no Sun Center, onde se encontravam 50 pessoas, esta foi uma resposta articulada com a Segurança Social e o IEFP.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Já existia um fundo de emergência social, gerido pelo CPN Sra. Da Conceição e uma linha de emergência criados durante a pandemia que dão também resposta a esta população.

Em 8 de Junho realizou-se uma reunião com o Sr. Provedor do Animal, Dr. Nuno Paixão que informou sobre o trabalho desenvolvido, os problemas existentes no concelho, concretamente os animais acorrentados e as matilhas.

Esclareceu também sobre o papel desempenhado pelo ICNF, que assumiu há pouco tempo a área dos animais e as funções da PSP/GNR.

Elencou algumas dificuldades como, a articulação entre as várias entidades intervenientes nesta área, a articulação com o ministério público, a inexistência de um espaço para receber os donativos de apoio alimentar, a inexistência de apoio administrativo e de um espaço adequado para atender a população.

Atividade Pendente:

Encontra-se agendada a reunião com o IHRU para dia 1 de julho.

Embora tenham sido solicitadas a 10 de março e feita insistência a 15 de junho, encontram-se pendentes de resposta as reuniões com o ACES Almada/Seixal, DG Saúde Lisboa e Vale do Tejo, Hospital Garcia de Orta e com o vereador Filipe Pacheco.”

6.6.5 – Para apresentar o Relatório da 6ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado José António Rocha (BE);

6.6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no primeiro semestre do ano 2022.

Assim,

Na reunião de constituição da 6.ª Comissão, ocorrida aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, foram definidas as orientações de funcionamento futuro e decidiu-se solicitar reuniões com várias entidades com responsabilidades na área dos transportes e mobilidade, conforme consta na ata n.º 1/XIII-1.º/2021-25.

Na reunião ocorrida aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, por solicitação da Comissão, foram abordados assuntos relativos à nova rede da Carris Metropolitana no concelho de Almada, na presença da Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros, e dos Vereadores José Pedro Ribeiro e Filipe Pacheco.

Foram salientados pelos presentes os benefícios do passe único e a importância do investimento nos transportes públicos. Foi apresentada em linhas gerais a nova rede rodoviária para o concelho de Almada, sendo referida a necessidade de aumento do número de carreiras e a otimização dos tempos de percurso. Foi, ainda, dado conhecimento do investimento anual na ordem dos dois milhões de euros por parte da Câmara Municipal de Almada e que toda a operação da nova rede de transporte público rodoviário deverá estar implementada em junho/julho de dois mil e vinte e dois. Os deputados municipais sublinharam a necessidade de que esta rede deve estar devidamente articulada com os outros modos de transporte das diferentes operadoras (fluvial, ferroviária e metro ligeiro).

Conforme consta na ata n.º 2/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que teve lugar nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa, foi referido pelos representantes desta entidade que todo este caminho da nova rede de transporte público rodoviário tem sido feito com o objetivo de melhorar a rede, pôs fim aos passes combinados, criou o passe único com uma assinalável redução tarifária na Área Metropolitana de Lisboa, o que



implica três modos de funcionamento: receitas pagas pelos utentes, receitas pagas pelo Estado (cerca de noventa milhões) e pelos Municípios (cerca de trinta milhões). Foi referido o período de pandemia, o qual em rigor não permite uma avaliação mais profunda deste processo, contudo, foram dados importantes passos nos processos de legalização do material circulante e abertos concursos para a contratação de motoristas.

Os deputados municipais foram informados relativamente às exigências colocadas às operadoras em matéria de comunicação com os utentes, colocação de informação nas paragens sobre carreiras e horários e uso de novas tecnologias e aplicações móveis.

Para o concelho de Almada estão previstos sessenta miniautocarros, duzentas e noventa novas viaturas e sessenta e oito com videovigilância.

Os deputados municipais manifestaram a sua preocupação relativa à salvaguarda de condições para os utentes com mobilidade reduzida e outras necessidades especiais e espaço para transportar bicicletas e outros equipamentos de mobilidade suave.

Conforme consta na ata n.º 3/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos dezasseis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que teve lugar nas instalações da Metro Transportes do Sul, foi referido pelos membros do conselho de administração toda a disponibilidade de participar no desenvolvimento da rede de metro ligeiro de superfície. Referiram investimento na manutenção do material circulante, processo dificultado na maioria das vezes pela não existência de algumas componentes para os equipamentos.

Os deputados municipais referiram a necessidade de expansão da rede no concelho de Almada e a sua ligação a outros concelhos, tendo sido informados que existe ambição de várias partes para que tal se concretize, mas de momento o processo está parado.

Conforme consta na ata n.º 4/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, nas instalações da Transtejo Soflusa, o conselho de administração informou os deputados municipais sobre o processo do concurso de aquisição de novos navios para a empresa, o qual teve alguns atrasos em consequência da pandemia, o mesmo sucedendo no concurso para a instalação das baterias nos novos navios.

Salientaram que este projeto de novos equipamentos de transporte fluvial totalmente elétricos é de grande dimensão e que o estaleiro que ganhou o concurso já tem um dos navios praticamente concluído. Dos quatro navios em construção, num total de dez, prevê-se um plano gradual de experimentação e operacionalização nas ligações fluviais até atingirem a fase de plena e total implementação, entre dezembro de dois mil e vinte e dois e março de dois mil e vinte e três. Quanto aos restantes, há uma previsão de estarem a navegar até ao final de dezembro de dois mil e vinte e três.

Quando questionados pelos deputados municipais quanto aos recursos humanos necessários para garantir a operacionalização das ligações fluviais, o conselho de administração assumiu a dificuldade no recrutamento e formação de maquinistas, mas que estão a ser desencadeados todos os processos para a contratação de pessoal.

Outro dos aspetos salientados pelos deputados municipais foi a necessária articulação de horários com os outros modos de transporte.

Conforme consta na ata n.º 5/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, realizada nas instalações da Assembleia Municipal de Lisboa, os deputados municipais desta Comissão reuniram com os deputados da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

comissão congénere do Município de Lisboa para abordar assuntos relativos à nova rede da Carris Metropolitana para a Área Metropolitana de Lisboa e outros meios de transporte.

Foi destacado todo este processo, que embora em diferentes velocidades de concelho para concelho, com medidas distintas em vários municípios, uniu os dezoito concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. De salientar a criação do passe social intermodal, a profunda redução tarifária para os utentes.

Os deputados municipais de Lisboa acreditam que o caminho seja o da gratuidade nos transportes públicos, mas para já, no seu Município, foi tomada a decisão de acesso gratuito às crianças e jovens em idade escolar e aos maiores de sessenta e cinco anos.

Os deputados municipais de Almada sublinharam a importância da ligação entre os Concelhos de Lisboa e de Almada, não só pelas carreiras existentes e pelas que futuramente serão criadas ao nível do transporte rodoviário, mas reforçaram também o transporte fluvial e ferroviário, bem como a possibilidade de alargamento do metro ligeiro de superfície e do metro subterrâneo às duas margens do rio Tejo.

Apontou-se a possibilidade de as duas comissões solicitarem reunião às Infraestruturas de Portugal para abordar matérias relativas às possíveis travessias rodoferroviárias de ligação das duas margens, alargamento da rede ferroviária do eixo Norte-Sul e definição da localização do novo aeroporto.

Ficou acordado que a 8.ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa será recebida em Almada pela 6.ª Comissão para uma visita de trabalho sobre os assuntos tratados por estas comissões.

Conforme consta na ata n.º 6/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida no dia catorze do mês de junho de dois mil e vinte e dois, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, os deputados municipais desta Comissão fizeram o ponto da situação do trabalho realizado.

Foram tomadas decisões quanto aos pedidos de reuniões ainda pendentes por falta de resposta das entidades.

Foram, ainda, sugeridas outras entidades na área da mobilidade para que sejam solicitadas audiências

Os deputados manifestaram a sua preocupação quanto à retirada das carreiras 160 e 161 de ligação entre o concelho de Almada e Lisboa, assim como nos eventuais constrangimentos na implementação da nova rede rodoviária a partir do dia um de julho, considerando as situações ocorridas noutros concelhos.

Conforme consta na ata n.º 7/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.”

6.6.6 – Para apresentar o Relatório da 7ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

6.6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 7ª Comissão fez hoje a sua terceira reunião, portanto, o relatório que foi distribuído está ainda incompleto relativamente ao 1º semestre do ano de 2022, será depois devidamente atualizado e distribuído se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assim o permitir.

A segunda reunião da Comissão realizou-se no dia 15 de fevereiro de 2022, para definição do plano de trabalhos para o ano de 2022.

Nessa reunião, foram identificadas várias matérias, cuja competência de implementação é da Câmara Municipal, sobre as quais deverá ser feito o devido acompanhamento por parte da Comissão, nomeadamente a instalação de uma Loja do Cidadão no concelho de Almada, a criação da Polícia Municipal, o Orçamento Participativo de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

Almada, a transferência do Serviço Municipal de Proteção Civil para a Bateria da Raposeira e a instalação de uma Central Única para os agentes de proteção civil do concelho.

Foram ainda feitas algumas sugestões para audições a entidades externas com relevância nas matérias que são do âmbito desta Comissão, entre as quais as Forças de segurança e às três Corporações de Bombeiros com Concelho.

Por decisão unanime dos Deputados presentes, foi decidido que a primeira audição deveria ser feita à Senhora Vereadora da Câmara Municipal Dra. Francisca Parreira, por ter sobre sua responsabilidade na organização do executivo camarário os pelouros cujo objeto foi identificado relevante para o trabalho de acompanhamento da Comissão, sendo a partir dessa audição que serão posteriormente definidas as prioridades de agendamento com as restantes entidades.”

6.7 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco, Nuno Alexandre Mendes, Ivan Costa Gonçalves e Ana Margarida Lourenço.

6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o CDS-PP vem aqui manifestar mais uma vez a satisfação pelo trabalho proveitoso que foi dado por todas as Comissões, ou praticamente por todas as Comissões, onde as mesmas servem para recolha de informação e conhecimentos relativamente às matérias e às áreas de cada Comissão.

Mas, Senhor Presidente, o CDS-PP já teve a oportunidade de manifestar inclusivamente, na reunião de líderes, aquilo que no entendimento do CDS-PP está a correr menos mal na questão das Comissões. E não é com certeza o trabalho dos Deputados Municipais, não com certeza o trabalho das Comissões da Assembleia Municipal de Almada. O CDS-PP manifesta aqui o seu profundo desagrado, com aquilo que entende que é a falta de respeito, que determinadas entidades públicas nacionais, têm para com o Poder Local, nomeadamente para com as Comissões e para com a Assembleia Municipal de Almada. E vou referir os nomes. Os TST – Transportes Sul do Tejo, infelizmente estamos a passar uma situação de um projeto que pode mudar a vida de todos os utentes, relativamente o transporte rodoviário, e a Senhora Presidente da Câmara disse ontem aqui que tem tido informação, Senhora Presidente, tem mais sorte do que a própria Assembleia Municipal de Almada, à qual os TST não respondem. E, portanto, deixamos aqui o profundo desagrado relativamente a esta entidade a qual não deveria estar a tratar dos horários e das rotas, atrevo-me a dizer nas costas dos almadenses e do Poder Local.

Depois Senhor Presidente, relativamente ainda a outras matérias, o Conselho de Administração do Hospital Garcia da Orta, exatamente o mesmo silêncio, foram feitas inúmeras tentativas de reunião com o Conselho de Administração, e qual zero respostas. Aliás, houve uma resposta, mas, entretanto, cancelaram.

A Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, também zero respostas e também o ACES de Almada também zero respostas.

Eu devo só lembrar para terminar que, quer a Administração do HGO, quer a Administração do ACES de Almada, reuniu e bem, com a Comissão de Utentes da Saúde de Almada e Seixal. Eu deixo aqui a pergunta, o que é que estas entidades têm para esconder para não reunirem com a Assembleia Municipal de Almada?”

6.7.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O trabalho de grande parte das Comissões como se vê pelos relatórios e número de reuniões marcadas, foi extraordinário e houve um desempenho muito profícuo.

No entanto, os relatórios da Comissões Permanentes 3ª e 7ª, denotam que o trabalho não teve qualquer efeito pratico, não serviu o fim para que o mesmo foi criado. Ambas as Comissões não trabalharam em prole dos almadenses verificando uma enorme apatia e desinteresse dos assuntos de importância concelhia. O que não é de todo aceitável.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não se abordou por exemplo, o início da época balnear, nem o início da época de incêndios.

Relembra-se que ambas as Comissões têm como Presidente membros do PS, que devido à sua inercia, fizeram com que os assuntos não progredissem, o que é censurável e altamente reprovável.

Era de esperar um maior desempenho, por parte de quem disse: “e há uma coisa que eu tenho a certeza, que os Deputados Municipais do Partido Socialista dão um contributo maior para o funcionamento desta Assembleia Municipal do que os Deputados Municipais do Partido”.

Proferido pelo Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves no dia 29 de abril.

Afinal, a montanha pariu um rato, as desculpas sucedem-se e a culpa morre solteira. Infelizmente, não fazem nem deixam fazer.

Estamos a metade do primeiro ano de mandato, era salutar que estas Comissões comecem a desenvolver trabalho em prole da população.

Assuntos com Ambiente e Planeamento do Território, Direitos dos Cidadãos, Proteção Civil e Segurança são importantes demais para terem este tratamento.”

6.7.3 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Todos conhecemos as técnicas dos partidos populistas, dos partidos que usam as mesmas técnicas retóricas do Partido CHEGA. Mas ainda assim, tentarei com muita paciência explicar, ou pelo menos explicar, não ao Senhor Deputado Municipal do Partido CHEGA, porque o Senhor Deputado do Partido CHEGA faz parte das reuniões destas Comissões e, portanto, sabe o que é que nelas é discutido, mas a quem nos vê lá em casa também, o que é que tem sido discutido pelo menos na 3ª Comissão, Comissão à qual eu presido.

Esta Comissão reuniu uma primeira vez, para a instalação. Numa segunda vez, aquilo que ficou decidido por todos, sem objecção do Senhor Deputado Municipal do Partido CHEGA, foi que pediríamos uma reunião ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, para que sobre um determinado assunto pudéssemos averiguar qual é que era de facto, realidade dos factos. Eu sei que a realidade dos factos é uma coisa que interessa muito pouco aos partidos da natureza do CHEGA, mas interessa aos restantes partidos, interessa ao Partido Socialista, a nós interessa-nos saber o que é que de facto se passa sobre um assunto concreto. Portanto, vamos à procura dos factos, e não das narrativas alternativas que são criadas nas redes sociais, nos sites do You Tube, aquelas coisas todas que nós sabemos.

Portanto, pedimos esta reunião, não tivemos resposta e em consequência disso, aquilo que fizemos foi voltar a reunir e perceber de que forma é que íamos continuar os trabalhos da Comissão. Em função disso, estabelecemos por unanimidade, mais uma vez sem a oposição do Senhor Deputado Municipal do CHEGA, um calendário de trabalhos. Esse calendário está a ser seguido, aliás, já foram pedidas reuniões ao executivo para que os membros do executivo que têm matérias coincidentes com as da 3ª Comissão, possam ser ouvidos.

Portanto, que os Deputados Municipais do Partido Socialista fazem o seu trabalho de forma mais séria do que os Senhores Deputados Municipais do Partido CHEGA? Isso não tenho dúvidas nenhuma, aliás, basta ver aquilo que se vai passando nestas reuniões, basta ver aquilo que nós nos vamos apercebendo um pouco por todo o país, na Assembleia da República, enfim.

Agora, relativamente a esta questão em particular, o trabalho está a ser desenvolvido. Se seria importante se o ICNF nos tivesse dado resposta, como o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco referiu? Seria. E é de estranhar que não tenha o feito, passaram-se dois, três meses, devemos ter uma resposta, agora, os trabalhos da Comissão não podem ficar eternamente à de uma resposta do ICNF e, portanto, avançamos e avançamos com seriedade, procurando fazer o nosso trabalho e procurando os factos.



Portanto, Senhor Presidente, obviamente, declino as acusações que são feitas, se é que se pode dizer que são acusações, procuraremos é fazer o nosso trabalho com seriedade como temos vindo a fazer até aqui e que os almadenses me parece que reconhecem.”

6.7.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu só quero prestar um pequeno esclarecimento a esta Assembleia Municipal a quem nos ouve lá em casa, porque acho que é importante.

Eu sei que o facto de sermos autarcas pela primeira vez, e por vezes temos sempre a tendência de fazer uma série de intervenções preparadas, mas de facto eu agora, estou aqui com a sensação de que o Senhor Deputado Municipal do CHEGA Nuno Mendes, não esteve há umas horas atrás numa reunião que ocorreu onde ele esteve presente, sobre a qual não fez uma única questão sobre o início da época balnear, sobre a qual não fez uma única questão sobre a preparação da época de combate aos incêndios rurais e, portanto, aquilo que são as preocupações aqui demonstradas e que nada foi falado e que houve uma inoperância e que a montanha pariu um rato, na verdade dos factos, e quando estamos todos reunidos para efetivamente, construir, trabalhar, o Partido CHEGA demonstra que não é minimamente coerente com aquilo que depois vem para aqui demagógicamente, apresentar à Assembleia Municipal e aproveitar-se do facto de que a mesma é transmitida para possivelmente em seguida fazer pequenos vídeos que possam ir distribuindo, ir querendo de alguma forma que se tornem virais. Mas, o que é facto, é que o CHEGA, as referências que fez sobre as matérias da 7ª Comissão, que não deviam ter esperado e devia de se ter trabalhado essas matérias, não foi hoje colocada qualquer questão por parte do CHEGA sobre essas matérias e estava lá a Vereadora responsável sobre as mesmas, e tiveram essa oportunidade, fizeram outras questões, mas essas não as quiseram fazer. Possivelmente quiseram guarda-las para aqui, porque já tinham esse discurso feito. Mas têm de se adaptar à realidade dos factos.”

6.8 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

6.8.1 – Para apresentar a Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.8.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde o final de fevereiro que o mundo mudou. Fomos confrontados com novas dificuldades. A guerra instalou-se na Europa e a economia ressentiu-se.

Em Almada, temos naturalmente, acompanhado com especial atenção, não apenas apoiando todos aqueles que procuram no nosso Município refúgio, todos aqueles que fogem do horror da guerra, mas também naturalmente, acompanhando, preparando, planeando possíveis soluções para as consequências que este conflito pode ter a curto, médio e longo prazo. Mas, não deixamos, no entanto, de continuar a trabalhar, naquilo que são as nossas prioridades, aquilo que foram os projetos estabelecidos, as políticas públicas que garantem a melhoria das vidas dos nossos munícipes e apresento aqui algumas destas atividades nestes dois meses a que o Relatório se refere.

Começo naturalmente, por sublinhar o lançamento do concurso para a elaboração do projeto da primeira “Loja do Cidadão em Almada”. Após décadas em que se ouvia falar na promessa de uma Loja do Cidadão, é, pois, com grande satisfação, que vemos finalmente, a concretização de um desejo há muito, muito, pedido por todos os almadenses e que começa agora a materializar-se. Quero deixar claro, que foi lançado o projeto de arquitetura, a construção só poderá ser lançada após a finalização do mesmo. As pessoas têm a tendência a achar que quando anunciamos, amanhã a Loja está pronta. Não, não está, há um prazo, mas este sonho, este grande sonho dos almadenses já está a caminhar para sua materialização. A execução como eu estava a dizer, do projeto, que irá nascer na zona do Caramujo/Romeira, será cofinanciada com recurso aos Fundos Europeus do PRR, mas tem



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

naturalmente um forte investimento municipal, os fundos infelizmente, estão tabulados, portanto, é uma candidatura cujo montante está tabulado, mas a Câmara Municipal não é por essa razão que não quer deixar de cumprir este grande anseio dos almadenses.

Este forte investimento também se justifica porque queremos apostar na reabilitação, numa zona que consideramos estratégica para o desenvolvimento de todo o território. A Loja do Cidadão, irá permitir que os serviços públicos essenciais estejam mais próximos e assim, contribuir para a qualidade de vida no nosso território.

No dia 1 de abril, efetivou-se como também já foi aqui amplamente falado, a transferência de competências de cerca de 800 (oitocentos) trabalhadores, um bocadinho mais, dos Agrupamentos das Escolas para a Câmara Municipal e no dia 19 de abril, foi transferido a primeira tranche do valor, de forma a dar estabilidade às escolas mantendo os contratos em vigor. Mas, tal como estava previsto, e como foi combinado, de imediato se iniciaram também, as reuniões com os Agrupamentos de Escolas, as Associações, toda a comunidade educativa, para definir em conjunto, um novo modelo de gestão e financiamento, assim como o reforço da oferta educativa complementar, no âmbito da “Escola a Tempo Inteiro”.

Continuando na esfera da transferência de competências, estamos já a trabalhar também na área da saúde. Num processo de diálogo, junto da Administração Central, e que irá ser transformador, esperamos, num passo fundamental para o desenvolvimento regional. Aproveito para dizer que é depois de amanhã que temos uma reunião com a Senhora Ministra da Saúde e com as demais entidades, relativas à saúde, justamente para abordarmos em detalhe numa reunião de trabalho esta matéria.

É certo que a COVID 19 ainda não terminou. Só há dois anos trabalhamos em estreita colaboração, sempre em articulação com o ACES Almada/Seixal, e por isso continuamos com o Centro de Vacinação da Trafaria aberto. Nunca aceitamos fechar nenhum Centro de Vacinação mesmo quando as indicações eram para os encerrar.

O Centro de Vacinação da Trafaria, neste momento está aberto durante quatro dias por semana, para que todos possam ter a sua proteção assegurada.

Maior, foi um mês especial para aqueles que se entregam à comunidade de forma tão digna e tão dedicada. Assinalamos a “Semana Municipal da Proteção Civil”, com várias atividades e eventos. Destaco naturalmente a apresentação do programa “Praia Protegida” que garante a segurança, o socorro e assistência aos banhistas, que usufruem das nossas maravilhosas praias durante todo o ano.

Aproveito também, até porque isto está a ser transmitido, para lembrar, mesmos as nossas praias são seguras, temos um Corpo de Nadadores Salvadores em permanência, todo o ano e nesta altura reforçados, mas isso não impede que as pessoas respeitem a sinalização nas praias, respeitem as bandeiras e tenham consciência que o mar é sempre o mar e que não corram riscos desnecessários.

Com um investimento municipal que ronda os 135.000.00€ (cento e trinta e cinco mil euros), este programa “Praia Protegida”, representa um reforço da nossa segurança coletiva e conta com o apoio da Proteção Civil, Bombeiros Voluntários do Concelho, Associações de Nadadores Salvadores e da Capitania do Porto de Lisboa.

O culminar desta semana assinalou-se com o “Dia Municipal do Bombeiro”, entregamos as Medalhas e Insígnias Municipais de Bons Serviços, a dezoito corajosas e corajosos Bombeiros como reconhecimento e agradecimento pelo seu trabalho em prole da comunidade ao longo de várias décadas.

Ainda em maio e pela primeira vez. Almada recebeu também a World Firefighter Games, que pôs à prova mais de 2500 (dois mil e quinhentos) Bombeiros, onde os Bombeiros Voluntários de Cacilhas se destacaram nos dez primeiros lugares das provas de salvamento em grande ângulo e de condução de veículos pesados.

E porque temos um território único e que merece ser preservado, no dia da apresentação da operação “Floresta Segura, Floresta Verde”, inauguramos quatro novos avisadores de risco de incêndio, talvez já os tenham cruzado nas árvores, aliás, com um design muito atrativo, estes avisadores são únicos no país, e que nos irão permitir



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

72

salvaguardar o território da Mata dos Medos e garantir a segurança de todos os almadenses e de quem nos visita especialmente na época do verão que é mais propícia a incêndios. Nós sabemos que a maior das proteções é a prevenção. E assim, como temos outras sinaléticas de prevenção, este projeto inovador, consideramos que era uma boa oportunidade, até aquele que visita, que passeia, que usufrui da Mata dos Medos, tenha também a consciência do risco que a situação climática pode trazer ou não, e que redobre o cuidado quando vai para aquele espaço que é um espaço tão especial e tão querido de todos nós.

Em termos culturais a dinâmica que também caracteriza Almada está bem viva.

O mês de abril foi dedicado às comemorações do Dia da Liberdade, como sabem, o 25 de Abril, com uma programação variada.

Foram celebrados os 48 anos da democracia com várias iniciativas culturais, entre exposições, debates, e com os concertos de Carminho e Expensive Soul, na noite de 24 já o nosso tradicional concerto.

Na manhã de 25 de Abril, os/as Senhores/as Deputados/as Municipais sabem bem, que a Sessão Solene que passou a ser instituída pelo 4º ano, é algo que também nos enche de orgulho, porque Almada reconhece que o 25 de Abril é o dia da liberdade, mas é também o dia fundador do nosso Estado Democrático que trouxe direitos de Estado Social que Portugal não tinha e, portanto, é uma festa certamente, mas também institucionalmente ele deve ser marcado. Portanto, agradeço a todos/as os/as Senhores/as Deputados/as e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal estas Sessões Solenes.

O edifício da EDP, vai voltar a ganhar vida com o projeto de arquitetura que saiu do concurso de ideias que lançamos e para isso fizemos uma exposição dos vários projetos a concurso, para que todos pudessem ir ver os projetos que foram apresentados e inclusivamente, falar com os arquitetos que os apresentaram, assim como naturalmente o projeto vencedor.

O projeto de reabilitação conta com um investimento municipal de cerca de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros), para que ali nasça um novo polo dos serviços municipais. Mas, o edifício da EDP não é apenas um novo polo, não é apenas um novo espaço de serviços da Câmara Municipal, é também esperamos nós, um polo de dinamização para aquela zona central de Almada, querendo nós lançar como próximo projeto, toda a reabilitação da zona do Mercado, é algo prometido há muito tempo e queremos lança-lo a seguir, em articulação aliás, com este projeto de reabilitação da antiga sede da EDP.

Depois de no ano passado a Casa da Cerca ter sido distinguida com uma menção honrosa nos prémios da APM – Associação Portuguesa de Museologia que é a principal Associação de Museologia do país, na categoria Merchandising Cultural e Design, este ano fomos ainda mais longe, e a exposição que celebra os vinte anos do Jardim e de alguma maneira também os vinte cinco anos do projeto educativo da Casa da Cerca, a exposição “Aprendemos Juntos” com o herbário criativo, conquistou e isso para nós foi uma grande honra e alegria, o prémio de melhor exposição temporária a nível nacional. É um prémio que muito nos orgulha, e em particular nesta exposição, que foi concebida em plena pandemia, e por ter sido integralmente construída por toda a equipa da Casa da Cerca, envolvendo também outros serviços da Câmara Municipal e aqui também uma nota para os nossos serviços da manutenção que de facto, permitiram a criação desta exposição. Portanto, é uma exposição que foi 100% produzida na Câmara Municipal, para as nossas crianças, homenageando um serviço educativo e que merece assim um reconhecimento nacional que de facto, muito merecido, o meu agradecimento, foi de facto, um orgulho poder representa-los a todos nesta cerimónia estando naturalmente alguns dos elementos presentes.

Este prémio é de facto, o corolário do que temos feito, arriscando, programando, incentivando e apostando na cultura nas suas variadíssimas vertentes. Já que falo da Casa da Cerca, convido todos a irem ver as exposições que também lá estão patentes, há quatro belíssimas exposições que ocupam todos os espaços, variadas, desde a exposição do artista Diogo Pimentão, Ana Silva, Bruno Cidra assim como, no Jardim Botânico, a exposição do Grupo Risco, com os belíssimos desenhos que deram origem justamente, ao livro que publicamos, “O Chão das Artes”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Maio, foi também o mês em que lançamos e apresentamos a segunda edição do renovado “Festival dos Capuchos”. Festival dos Capuchos que está a decorrer e que naturalmente convido todos a irem ver a programação, mais uma vez, uma programação de grande qualidade e ao mesmo tempo abrangente e estou certa que o encanto e a emoção do regresso dos Capuchos, um ano passado, se irá repetir agora com grandes artistas, grandes nomes, grandes orquestras, nomeadamente, a Orquestra de Viena, e também grandes debates, porque os Capuchos também se caracterizam, são concertos mas também há encontros literários e evocação de escritores.

Este ano o Festival cresceu e, portanto, para além do Convento dos Capuchos, também temos grandes concertos no Auditório da Faculdade de Ciência e Tecnologia a nossa FCT, que se disponibilizou e que se tornaram parceiros. Um agradecimento naturalmente, também a todos os patrocinadores que permitem este grande evento cultural.

Integrado na Estratégia Municipal, Almada recebeu as Jornadas Pedagógicas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental, onde foram debatidas as propostas para a ação climática, um modelo de economia circular e as políticas públicas para esta área.

Em maio, também e isto quero dar nota.

Almada tornou-se ainda mais inclusiva, dentro daquele que é o nosso projeto de estar sempre à frente daquilo que são medidas, às vezes são pequenas medidas, mas que fazem toda a diferença, com a aplicação ETOtalk que permite aos cidadãos cegos ou com baixa visão, que possam circular com maior autonomia pelo nosso Concelho, com a descrição dos edifícios onde estão, dos espaços por onde passam e também, algumas informações muito práticas, de qual é a realidade que eles vão enfrentar, outras também de passeio para se poderem localizar e também usufruírem do nosso território. São trinta e cinco os espaços municipais que se encontram agregados nesta aplicação, que através de um sistema de áudio-navegação, permite que fiquem a conhecer as barreiras arquitetónicas existentes.

O projeto Trampolim, em parceria com o Chapiteau, materializou-se e irá permitir que os jovens entre os 17 e os 25 anos do nosso Concelho, tenham novas oportunidades nos campos artísticos, culturais e desporto. Este projeto insere-se na promoção de novas oportunidades para jovens, que se encontram em vulnerabilidade económico-social.

Antes de terminar até porque seria demasiado extenso, quero ainda destacar a Assembleia Municipal Jovem, que aconteceu pela primeira vez em Almada. Os jovens almadenses responderam ao desafio e debateram o futuro da nossa cidade. É um projeto que queremos ver crescer, porque sabemos que é um projeto fundamental, para dar voz aqueles que têm toda a energia, toda a imaginação, toda a fantasia e toda a liberdade para olhar para o nosso Concelho.

Caras e caros Senhores Deputados, creio que os projetos aqui destaquei falam por si. Desta vez optei por não falar de todas as obras que estão a decorrer, é do conhecimento dos almadenses e dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais a Estrada Florestal, a Avenida do Mar que se vai iniciar, o início também do restauro do Movimento ao Associativismo, também aqui dentro daquilo que é a nossa prioridade, de continuar a reabilitar o nosso património.

Mas, não gostaria de terminar sem congratular e agradecer todas e todos os envolvidos, em particular evidentemente, os nossos trabalhadores, os Dirigentes desta casa, pois são eles que tornam realidade os sonhos que todos nós temos para o nosso Município. Um agradecimento naturalmente aos trabalhadores da Câmara Municipal, mas permitam-me também estender esse agradecimento aos trabalhadores dos SMAS, assim como aos trabalhadores da WEMOB.

Só com o seu empenho e compromissos diários é possível projetar, desenvolver, implementar projetos tão positivos, tão impactantes, mas sobretudo que são a concretização do sonho de muitos almadenses há muitos anos.”



72

6.8 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), José António Rocha (BE), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Margarida Ramires Paulos (PAN), António Pedro Maco (CDS-PP) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Filipe Pacheco.

6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a atividade municipal, e não obstante este documento ter sido uma vez mais distribuído fora de prazo, foi colocado na partilha de documentos desta Assembleia Municipal, na segunda-feira, dia 20 de junho, pouco depois das 10H00 da manhã, a CDU coloca à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada um conjunto de questões.

A primeira questão prende-se com o problema ontem trazido a esta Assembleia Municipal, pela intervenção de um conjunto de munícipes, incluindo um eleito na Assembleia da União de Freguesias de Caparica Trafaria, sobre o processo de realojamento de emergência, como é descrito, por parte dos residentes do Bairro do 2º Torrão na Trafaria, no concreto famílias que têm a sua residência sobre a cobertura da vala que atravessa aquele Bairro. E colocamos a questão em duas dimensões:

1 – A CDU teve acesso ontem mesmo, ao fim da tarde, a um Relatório dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, sobre a situação em que se encontra a vala existente naquele Bairro, documento que havia sido requerido pelos Vereadores/as da CDU, na Câmara Municipal na sequência da reunião privada convocada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, para o passado dia 7 de junho.

Esse Relatório, curto e sucinto, mas muito objetivo, suscita desde logo, uma enorme perplexidade. Confirma por um lado que a Câmara Municipal tem conhecimento dos problemas de degradação da infraestrutura da vala do 2º Torrão, desde o ano de 2019, conforme aliás, a Senhora Presidente da Câmara Municipal ontem referiu. A Senhora Presidente da Câmara Municipal também garantiu na sua intervenção de ontem, que o Município monitorizou a situação identificada em 2029 até ao dia de hoje. Ou melhor, provavelmente até ao dia em que o Relatório dos SMAS foi elaborado, 27 de abril 2022, conforme assinatura da senhora engenheira que o elaborou.

A perplexidade resulta do facto, de não conseguirmos perceber pela leitura do documento que referimos, qual o tipo de monitorização realizada entre 2019 e 2022, e que consequências concretas suscitou essa monitorização.

O Relatório dos SMAS, identifica a situação existente em 2019, mas depois disso dá um salto temporal de três anos, informando-nos apenas que em 2022, março, a situação se agravou e que é necessário em consequência, adotar medidas de emergência para evitar males maiores.

Sobre esta primeira dimensão do problema perguntamos:

Quem fez a monitorização que a Senhora Presidente garantiu que foi feita nos últimos três anos? Quem a fez, certamente elaborou relatórios sobre aquilo que foi observando durante estes três anos. Onde estão esses relatórios? A CDU requer acesso a esses relatórios.

Mas mais importante do que isso, será que a monitorização efetuada, não teria permitido a identificação da gravidade da situação ao longo destes três anos, de forma a desencadear a elaboração de um plano consistente e coerente de intervenção, que evitasse que agora, três anos passados, estivéssemos todos confrontados com uma situação de intervenção de emergência que em pouquíssimos meses obriga à concessão de uma operação de realojamento de centenas de pessoas?

A segunda dimensão deste problema que queremos colocar tem precisamente a ver com as pessoas. Com as pessoas do 2º Torrão envolvidas neste processo. É que nós estivemos lá com elas, falamos diretamente com elas e percebemos no essencial duas realidades:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1 – Que há um número significativo de famílias abrangidas por esta emergência, que ainda não foram contactadas pela Câmara Municipal, é natural, afinal falamos de quarenta e três agregados familiares e há que dar tempo ao tempo.

A Segunda realidade é mais grave. O que muitas famílias já contactadas nos disseram, é que estão a ser confrontadas com exigência de assinatura de documentos que qualificam como compromisso a documentos que nem sequer lhes é dada a oportunidade de ler com atenção e discernimento devidos, vários moradores referiram a recusa em deixar os documentos para reflexão e nem sequer possuem cópia dos documentos que assinaram.

A pergunta que fazemos Senhora Presidente, é que documentos são estes? O que representam efetivamente em matéria de compromissos assumidos pelos residentes? E porque razão lhes é negado o acesso a cópias destes documentos?

Reiteramos por isso, o fornecimento do plano de realojamento destas famílias, que os/as Vereadores/as da CDU dirigiram à Senhora Presidente da Câmara Municipal, na sequência da mesma reunião privada que foi convocada para o passado dia 7 de junho.

A segunda questão prende-se com Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Almada (ROSMA) em vigor, publicado pelo Aviso nº 10871-D/2020, no Diário da República nº 143/2020, 3º Suplemento, Série II, de 24 de julho.

Nos termos da lei em vigor, Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto, na sua redação atual (Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública), os cargos dirigentes das Câmaras Municipais são todos preenchidos por recrutamento dos respetivos titulares através de procedimento concursal público, e nomeados em regime de comissão de serviço, no caso dos dirigentes superiores por deliberação da Câmara Municipal, e no caso dos dirigentes intermédios por despacho do dirigente máximo do órgão, ou seja da Presidente da Câmara Municipal.

Acontece que todos os atuais dirigentes da Câmara Municipal de Almada se encontram nomeados em regime de substituição, um regime que a lei prevê e consagra, mas que constitui a exceção e não a regra em que se transformaram as nomeações de dirigentes na Câmara Municipal de Almada.

A situação vivida atualmente na Câmara Municipal de Almada viola a lei vigente, em muitos casos desde o ano de 2020, sendo que a grande maioria dos cargos nomeados, à data de hoje, já deveriam ter cessado há longo tempo, nos termos da legislação aplicável.

Neste quadro a CDU pergunta à Senhora Presidente a que se deve esta opção da Câmara Municipal em desrespeitar as normas legais aplicáveis aos dirigentes municipais, mantendo uma situação que neste momento viola claramente as disposições legais em vigor.

A terceira questão que colocamos prende-se com as intermináveis, diríamos nós, obras no terminal de Cacilhas, que decorrem há mais de um ano e não têm, pelo que se percebe, fim à vista. Em contacto que eleitos da CDU mantiveram com a população e comerciantes daquela zona do Concelho, foi-nos referido um enorme descontentamento pela situação gerada pelo arrastar destas obras, que provoca grandes prejuízos a todos os moradores no local, mas particularmente aos comerciantes de restauração que vêm a sua atividade fortemente condicionada, uma situação que é ainda agravada pelo facto de não existir qualquer perspetiva para a conclusão das obras apontada pela Câmara Municipal. A pergunta que lhe fazemos, Senhora Presidente da Câmara Municipal, é por que razão as obras no terminal de Cacilhas se arrastam há tanto tempo, e qual a perspetiva que nos pode dar relativamente ao seu termo?

Relacionada com esta questão, gostaríamos igualmente de suscitar o facto de a iluminação pública no Cais do Ginjal ser, neste momento, praticamente inexistente, criando necessariamente grandes constrangimentos de usufruto daquele local durante a noite.

Depois, um conjunto de cinco questões todas relacionadas com a Freguesia da Cova da Piedade.



No cruzamento entre a Av. da Fundação e a Rua Pedro Matos Filipe, persiste há largo tempo, uma situação de grave insalubridade pública, resultado do abandono de um terreno privado, transformado num verdadeiro matagal selvagem, onde prosperam ratos de grandes dimensões, cobras e outros animais indesejáveis em meio urbano. Para quando uma intervenção da Câmara Municipal no sentido de sanar este problema, evitando os naturais prejuízos que tal situação acarreta para os moradores e comerciantes no local?

O Mercado Municipal da Cova da Piedade, para além do manifesto desinvestimento na promoção do seu funcionamento que se traduz num elevado número de bancas desocupadas neste momento, mantém segundo os poucos vendedores que resistem naquele espaço, condições deficientes de funcionamento. Sabemos que está previsto pelos serviços municipais um estudo relativamente àquele Mercado Municipal, mas gostaríamos de saber se até à conclusão desse estudo não seria possível resolver o problema do elevador que está avariado, segundo nos disseram, há mais de dois anos, das instalações sanitárias que não funciona e dos frigoríficos que não fecham convenientemente. E já agora, dar um ar diferente ao de abandono e desleixo em que se encontra o espaço cedido ao Banco Alimentar contra a Fome, instalado numa das lojas daquele mercado?

No ringue das Barrocas, regista-se atualmente, e segundo informação que recolhemos no local há mais de um mês, uma situação de insegurança motivada pela queda parcial, de um poste de iluminação daquele recinto desportivo, atualmente suportado pela estrutura da cobertura do espaço, para além da manifesta falta de manutenção dedicada àquele parque desportivo. A questão que lhe colocamos, Senhora Presidente, é se a Câmara Municipal prevê e para quando, a realização de alguma intervenção destinada a resolver o problema de segurança referido e a garantir a melhoria das condições gerais daquele espaço?

Na confluência da Rua Ilha de São Tomé com a Rua Ilha do Príncipe, também nas Barrocas, existia um contentor para resíduos sólidos semienterrado (vulgo Molok), que foi recentemente deslocado pelos serviços municipais para uma zona junto à Estrada das Barrocas, descentrando a localização do contentor, criando assim grandes dificuldades de acesso à população residente nas duas ruas que referimos.

Segundo apurámos junto de moradores no local, as razões apontadas pela Câmara Municipal para esta decisão, prendem-se com o estacionamento desregrado na área onde o contentor se encontrava inicialmente instalado, impedindo por esse facto a operação da viatura municipal de remoção de resíduos. A questão que colocamos, Senhora Presidente da Câmara Municipal, é se não seria mais avisado e justo, para com uma população razoavelmente envelhecida, a adoção de medidas de disciplina do estacionamento naquele local, em vez de uma decisão que manifestamente prejudica os cidadãos ao descentrar um equipamento essencial à sua qualidade de vida?

Ainda em relação a esta área das Barrocas, foi-nos colocada de forma muito insistente por diversos moradores, o interesse, e mais do que isso, a necessidade, do Circuito da Saúde poder prever a inclusão de uma passagem pelas duas ruas que referimos, beneficiando um amplo número de cidadãos utentes dos serviços de saúde e já com alguma idade que ali residem. Deixamos à consideração da Câmara Municipal, a possibilidade desta extensão do serviço aquelas duas artérias do Concelho.

Finalmente uma questão que é mais um alerta e uma sugestão, que se prende com problemas de estacionamento registados na Av. 23 de Julho, que nos chegou através de um mail de uma munícipe residente naquela artéria. Existe naquela avenida do Laranjeiro um espaço de estacionamento automóvel originariamente definida para estacionamento paralelo à via de circulação. Esse espaço encontra-se instalado numa zona onde o passeio para peões parece suficientemente largo para permitir uma alteração dos lugares de estacionamento para uma solução longitudinal à via de circulação, que é já praticada por muitos dos residentes, naturalmente em infração ao código da estrada, solução que permitiria aumentar a oferta de lugares de estacionamento, e prevenir as notificações de infração ao código da estrada que os moradores estão a receber que que contestam.

Fica a sugestão, de que os serviços possam estudar uma solução que permita maximizar a oferta de estacionamento naquele local.”



6.8.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não podemos deixar de lamentar a escassez de tempo que tivemos para analisar este documento, não houve o tempo necessário para uma análise mais profunda e para podermos confrontar aqui alguns números.

Neste período de discussão do plano de Atividade Municipal, hoje optamos por não questionar a Senhora Presidente sobre as diferenças entre o que este plano nos diz que foi executado e que de forma recorrente infelizmente, fica sempre muito aquém do orçamentado. Mas teremos oportunidade para estes debates seguramente.

Iremos hoje neste período, debruçar-nos sobre alguns temas que entendemos relevantes:

E a nossa primeira questão é sobre o Segundo Torrão, e da necessidade de realojamento dos residentes junto à vala.

Estamos atentos à informação que tem circulado, ouvimos as explicações, quer em reunião de Câmara, quer em Assembleia Municipal, ouvimos os moradores, e a verdade é que ficou muita coisa por esclarecer. Nesse sentido, queremos colocar aqui algumas questões, para que de alguma forma, consigamos dissipar as muitas dúvidas que este processo nos tem suscitado.

Quais os critérios de seleção destes agregados para realojamento? E repare, esta pergunta faz todo o sentido porque ontem nesta mesma sala, na primeira reunião desta Sessão, ouvimos alguns dos moradores, que não foram selecionados para realojamento e cujas casas têm paredes e telhados partilhados com as que vão ser supostamente demolidas. Portanto o Senhora Presidente, esclareça-nos de que forma tencionam resolver a situação destas casas com paredes e telhados partilhados? Em que moldes, quais as medidas que estão a ser tomadas para o realojamento destas famílias? É lhes dada opção de escolha da zona para procurar residência? Quanto tempo é que lhes vai ser concedido apoio e com que critérios? Ou seja, está a Câmara Municipal de Almada devidamente articulada com o IHRU, de forma a garantir que neste processo transitório não lhes será retirado o apoio até que se concretize o realojamento prometido ao que parece nos 95 fogos que irão ser construídos?

Segundo as informações que nos chegam, foi elaborado um relatório em 2019 pelo SMAS, que denunciava já alguma fragilidade, e que alertava para a necessidade urgente da sua desobstrução e limpeza. Falamos da vala, naturalmente. Confirmando-se a existência deste relatório elaborado em 2019, é importante que nos expliquem o porquê de só agora decorridos três anos, dar início a este processo de realojamento com carácter de urgência, com um prazo de apenas seis dias para as famílias procurarem residência. Ainda por cima com os requisitos exigidos. (Isto foi-nos dito ontem aqui por moradores daquele Bairro, que foram contactados pelo executivo e é perenta as informações que tenho que elaborei esta intervenção). Um T1 terá que ter entre os 50 e 70 m²; um T2 de 70 a 90 m²; um T3 de 91 a 103 m².

Ora num Concelho onde a especulação imobiliária atinge proporções assustadoras, onde a dificuldade no mercado de arrendamento é enorme, conseguir no prazo de apenas 6 dias por exemplo um T3 até ao limite máximo de 880€ (oitocentos e oitenta euros), como nos dizia ontem uma das moradoras, cumprindo os requisitos exigidos, se não é tarefa impossível, é pelo menos extremamente difícil. E aqui impõe-se uma outra questão de enorme importância, se neste prazo tão curto as pessoas não conseguirem encontrar casas que obedeçam a todas estas exigências, para onde é que vão? Que soluções vai o IHRU, em articulação cremos nós, com a Câmara Municipal, encontrar soluções para realojamento destes agregados, destas famílias.

Portanto, Senhora Presidente, estas são algumas das questões que aqui trazemos sobre o Segundo Torrão e que carecem de respostas elucidativas e esclarecedoras.

Um outro tema que queremos abordar tem a ver com os transportes públicos.

Senhora Presidente, são inúmeras as denúncias por parte de muitos utentes, sobre as carreiras que serão suprimidas com a implementação da nova rede de transportes públicos rodoviários, os novos traçados da Carris Metropolitana. O facto da existência de tantas queixas sobre uma rede de transportes públicos rodoviários que ainda nem sequer foi implementada, que visa sobretudo o aumento da oferta e a consequente melhoria para os utentes dos transportes públicos, não nos parece que faça muito sentido a supressão das carreiras 103, 123, 133, 160 e 161, sendo que por exemplo, as carreiras 160 e 161 para o Areeiro, vão ser ao que tudo indica,



substituídas por uma carreira com destino a Sete Rios, que implicará desde logo, mais tempo em transportes, pelo facto de terem de recorrer a meios suplementares para destinos, atualmente assegurados por estas duas carreiras.

Importa também garantir que a Charneca de Caparica e o Lazarim não fiquem mais reduzidas no serviço de mobilidade, tendo em conta, que já são áreas com escassa oferta de transportes.

Sabemos que o projeto Rodoviário Metropolitano é gerido pela TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, mas também é verdade que nos foi dito nas várias reuniões sobre este tema, que seria não só possível como inevitável a necessidade de reajustes na rede.

Portanto fundamental que a Câmara oiça os seus munícipes, sinta as suas preocupações, e como lhe compete, pugnar pelos reajustes necessários de forma a melhorar e servir os interesses das e dos almadenses.

Por último, Senhora Presidente, gostaríamos que nos deixasse aqui algumas informações, se souber, sobre um tema que temos trazido a esta Assembleia de forma reiterada em várias Sessões, os abrigos dos pescadores da Trafaria. É temos em que temos imensas queixas dos pescadores que dizem que, já lá têm ido, têm falado com os pescadores, isto arrasta-se há imenso tempo, mas, que a intervenção nem sequer teve início, os pescadores não sabem que intervenção é que vai decorrer nem quando vai acontecer.

Portanto Senhora Presidente, este é um, tema que nos é caro, são pessoas que há muito tempo reivindicam a intervenção naqueles abrigos e, portanto, Senhora Presidente, se conseguir, se souber, dê-nos por favor, essa informação.”

6.8.3 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal desenvolvida pela Câmara Municipal e que se encontra em apreciação, gostaria de destacar algumas ações desenvolvidas nas áreas dos pelouros atribuídos ao PSD durante os meses de abril e maio de 2022.

Assim, temos;

Continuou-se o levantamento do arvoredo urbano nas freguesias de Cacilhas e do Pragal, tendo sido efetuado o cadastro de mais 76 exemplares.

Na Costa da Caparica, realizou-se o acompanhamento da intervenção e plantação de árvores na Estrada Florestal.

Concluiu-se o Projeto de Execução de Arquitetura Paisagística do Jardim Dr. Alberto Araújo e desenvolveram-se as propostas de requalificação do Jardim do Rio, no Parque da Juventude e também no Jardim da Praça de Ceuta.

Foram concluídos os trabalhos de manutenção corretiva no Parque Infantil Nascente do Jardim Urbano da Costa da Caparica, no do Parque Multiusos, em Vale Figueira, e no da Rua José Afonso de Albuquerque, na Trafaria.

Concluiu-se a obra de instalação das letras “ALMADA” na rotundo do Centro Sul, que nos passou a receber todos os dias, quando entramos e saímos da cidade.

Deram-se apoio às Hortas Pedagógicas em várias escolas e jardins de infância do Concelho.

Realizou-se a orientação e acompanhamento de 2 estagiários em ações nos viveiros municipais e também no âmbito do inventário do arvoredo urbano, promovendo a formação de novos profissionais.

Procedeu-se também à feitura de um parecer técnico sobre a vegetação arbórea do Serviço Veterinário Municipal.

Realizou-se a inauguração da nova Entrada do Parque da Paz, do novo Parque de Estacionamento e do novo Parque para Canídeos junto ao Centro Sul, evento em que muitos dos deputados municipais presentes puderam participar.

Deu-se apoio a diversas iniciativas como algumas filmagens, e aos eventos como o BioBlitz e o Almada Green Market que decorreram no Parque da Paz,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deram-se início aos trabalhos de preparação do recinto no Parque Urbano de Santo António, tendo em vista receber o Festival Sol da Caparica, que se realiza durante o próximo mês de agosto.

No que respeita ao Serviço de Gestão Cemiterial continuaram-se as exumações para criação da zona reservada e alteração do espaço protocolado com a Comunidade Islâmica de Almada, para que seja desenvolvido um espaço apropriado para esta comunidade, no cemitério de Vale Flores.

Ainda neste cemitério, iniciou-se a limpeza da zona da mata e estudou-se soluções para novas covas. E continuou-se a recuperação dos canteiros no Cemitério de Almada.

No que se refere ao Turismo, realizou-se a adjudicação tendo em vista a colocação de vidro temperado no Elevador da Boca do Vento.

Encontra-se em preparação o evento Trafaria ComProva que este ano se realiza de 8 a 10 de julho no respetivo passeio marítimo.

Criaram-se conteúdos para novos Mapas Turísticos do Concelho, nomeadamente de Almada, da Costa da Caparica e da Trafaria.

Participou-se na implementação e execução da candidatura Turismo Mais Sustentável e ainda na preparação de eventuais candidaturas ao PRR na linha de apoio Regenerar Territórios – Transformar o Turismo, promovido pelo Turismo de Portugal.

No que respeita à área dos Mercados, Comércio e Espaço Público, encontra-se em preparação o lançamento do concurso relativo ao mobiliário urbano para publicidade.

Está em elaboração uma proposta tendo em vista a reabilitação da zona de balneários, sanitários, copa e entrada norte do Mercado Abastecedor.

Iniciou-se o procedimento de organização do evento “Almada de Portas Abertas”.

Adquiriram-se ainda câmaras de frio para o Mercado da Sobreda e elaboraram-se as propostas para efeitos de trabalhos prioritários a realizar pela superfície comercial ali instalada.”

6.8.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PAN teve reunião com o Senhor Vereador Filipe Pacheco na semana passada, nessa reunião pudemos esclarecer algumas questões que tínhamos assim como discutir assuntos que nos preocupam, nomeadamente, a falta de resposta às denúncias que encaminhamos e esperamos agora ver o canal de comunicação mais funcional.

Existe ainda, no entanto, alguns tópicos sobre os quais gostaríamos de esclarecimentos adicionais e são eles:

O Centro de bem-estar animal, gostaríamos de saber o ponto da situação em que se encontra o projeto, se já tem alguns prazos.

Relativamente ao terreno de Vale Flores, ontem alguns munícipes e já em reunião de Câmara esse assunto foi abordado, sabemos que foi algo de fiscalização por parte da Câmara municipal, devido a uma horta que foi ali feita de forma ilegal, no entanto, gostaríamos de saber que planos é que a Câmara Municipal tem para esse espaço, porque sabemos que os conflitos entre munícipes se mantêm, e que os abrigos dos gatos foram destruídos. Portanto, seria importante a Câmara Municipal dar algum uso aquele terreno para que não se mantenha este problema, nomeadamente poderia ser um centro pedagógico ambiental algo do género. Podemos pensar numa solução desse género, ou mesmo uma horta, mas com outras regras e outra fiscalização.

Relativamente, ao pombal contracetivo, nós também fizemos chegar um email à Junta de Freguesia para saber o ponto da situação, mas a Junta não tinha nenhuma resposta, e então encaminhou para a Câmara Municipal,



mas também não tivemos resposta da Câmara Municipal, e então gostaríamos de saber se já há algum plano ou o que é que está a ser feito nesse sentido.

E finalmente também sobre este tema, sobre o Orçamento Participativo, uma vez que o pombal contraceutivo foi o vencedor do último Orçamento Participativo, gostaríamos de saber quando se realizará o próximo Orçamento Participativo, se já existe uma data prevista para o mesmo.”

6.8.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As questões que têm a ver com a Atividade Municipal, nesta Assembleia Municipal, o CDS-PP gostaria de começar pelas questões que têm a ver com segurança.

Já é do conhecimento público, mais uma vez, o Município de Almada é relativamente à criminalidade participada, o Município número um. Mas este número um, é efetivamente negativo. Ou seja, continuamos a ter índices de criminalidade, apesar de a criminalidade geral a nível nacional ter vindo a baixar, continuamos a ter Almada no pódio da maior criminalidade no Distrito de Setúbal e uma das maiores da Grande Área Metropolitana de Lisboa.

São inúmeras as razões, com certeza que a Câmara Municipal não tem competências diretas relativamente a esta matéria da segurança, isso com certeza terá a ver com aquilo que o Estado proporciona às Forças de Segurança e sabemos com certeza que há e continua a haver bastantes falhas e não é só o CDS-PP que o diz, é nomeadamente as Forças de Segurança, nomeadamente os seus sindicatos, onde é necessário dar mais condições, mais meios materiais, mais meios humanos, contratação de mais Guardas da GNR e mais Agentes da PSP, para que possam dar uma maior segurança às populações. Mas, os Municípios também têm aqui a sua quota parte. Nomeadamente, na requalificação do espaço público adotado a medidas de segurança, mais iluminação e também a videovigilância que pode ser aplicada para segurança das pessoas e também do seu património nos Municípios.

Relembramos que falta ainda o Quartel da GNR do Monte de Caparica, e faltam mais efetivos também para as Forças de Segurança no Concelho de Almada.

Portanto, Senhora Presidente, uma questão que o CDS-PP também coloca diretamente e isto sim, também tem a ver com as competências da Câmara Municipal e das Autarquias, que tem a ver com a Polícia Municipal. O CDS-PP pergunta em que ponto está a criação da Polícia Municipal de Almada, visto que parece que é também um dos desígnios do executivo da sua implementação e tem sido também uma proposta do CDS-PP.

Aliás, isto vem no seguimento não só do RASI – Relatório Anual de Segurança Interna, mas também daquilo que temos ouvido nas ruas e nomeadamente nesta zona onde nos encontramos, no Centro de Almada, onde falta alguma iluminação adequada, falta alguma requalificação do espaço público, para que, quer os comerciantes que nós ouvimos e que temos ouvido e que temos falado e também alguns moradores nomeadamente desta zona e com certeza de outras zonas do Concelho, se possam sentir mais seguros, porque todos nós sabemos que o sentimento de insegurança torna a vivência no espaço público muito mais difícil.

Depois, gostaria também de perguntar Senhora presidente, qual o ponto da situação do Museu da Água no Concelho de Almada. É também uma das ideias da Câmara Municipal, também para atrair turismo e para dar a conhecer tudo aquilo que é o ciclo da água, qual é o ponto da situação da constituição do Museu da Água para o nosso Concelho.

Depois ainda relativamente ao período que nós estamos a atravessar que é o verão, o CDS-PP questiona Senhora Presidente, se os terrenos são do Município e estamos a falar de alguns baldios, portanto, outro tipo de terrenos, se está garantida que em caso de incêndio, esse incêndio não se propagará com a limpeza dos terrenos e com a devida segurança para que os Bombeiros possam ter uma eficácia muito maior nessa intervenção.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E também relativamente à fiscalização dos privados, como é que a mesma está a ser feita no Concelho de Almada.

E depois, uma última questão que já foi aqui abordada, gostaríamos que possa informar e explicar a esta Assembleia Municipal como irá ser efetuado o realojamento das pessoas do 2º Torrão.”

6.8.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou responder brevemente e depois se o Senhor Presidente da Mesa autorizar passarei a palavra aos Senhores/as Vereadores/as para mais detalhe.

Relativamente à questão da vala do 2º Torrão, eu penso que ontem já foi abordada e, portanto, vou repetir o que disse ontem.

Desde 2019, foi quando foi detetado pelos SMAS o problema da vala, desde então nós iniciamos de imediato projetos, aquelas pessoas foram consideradas das muitas urgências da habitação que nós temos como a urgência das urgências, os 95 (noventa e cinco) fogos que estão neste momento em fase de projeto, têm como prioridade aquelas pessoas, aliás, mais abrangente do que aquelas 44 (quarenta e quatro).

Relativamente aos relatórios. O relatório que interessa e eu não vou entrar mais em detalhe até porque o tempo é curto e eu não quero perder muito tempo, o Relatório que é vinculativo é o Relatório da Proteção Civil. E é esse que estabelece se há um prazo ou não há um prazo para a retirada. Os SMAS, naturalmente, dentro daquilo que são as suas funções, fazem o relatório das valas e das saídas de água. Que aliás, é um problema recorrente e os/as Senhores/as Deputados/as Municipais conhecem bem, todos nós nos lembramos daquelas imagens, das descargas, da poluição sobre a praia da Trafaria, e foi aliás, graças a isso, que se fez a desobstrução e que se verificou o estado em que estava. Nunca houve minimização, desde o início tivemos a consciência, pensávamos que tínhamos um prazo maior até que houve uma derrocada na extremidade como sabem. E nesse sentido, de facto, houve imediatamente uma nova fiscalização e aquela que interessa, ou seja, para os efeitos de realojamento, e felizmente ainda temos um prazo para o fazer, é da Proteção Civil. Portanto, não vale a pena estar aqui a tentar encontrar mais razões, outras que não seja aquilo.

Outra das questões é muito simples. Os documentos Senhor Deputado Municipal João Geraldês, que as pessoas têm que assinar, é uma autorização de entrega dos seus dados como candidatura ao IHRU, é tão simples quanto isso. É o respeito pelo RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. Não há mais nada. Não cá documentos secretos. Aliás, qualquer pessoa com responsabilidades autárquicas há tanto tempo, como o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, sabe que as pessoas têm que formalizar ou pedidos ou candidaturas, é tão simples quanto isso.

Portanto, as pessoas já estão a viver uma situação angustiante, era salutar e até humano, que os Senhores Deputados, não tentassem nessa ânsia de retirar aproveitamento político, aumentar a angústia àquela que as pessoas já estão a viver. Mas, eu sei que esse tipo de dignidade é raro, aqui em Almada, infelizmente.

Relativamente às obras do Ginjal, as razões da demora já foram aqui amplamente discutidas, desde a falta de material, desde a falta de pessoal, desde das equipas, entre o COVID e a guerra, temos tido basicamente de tudo. Também é preciso andar muito aliado da realidade do nosso país e até do mundo, para achar que há aqui qualquer outra razão menos própria.

Penso que também já respondi ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, é tão simples quanto isso. Às famílias não foi exigido que arranjassem casa, às famílias foi dada a possibilidade de caso tivessem alternativa, de poderem alugar outra casa. Ou seja, é um direito acrescido e é isso que o programa “Porta de Entrada” traz, que é o respeito pela dignidade das pessoas, o seu direito de escolha caso encontrem as casas nas condições adequadas. Porque aqui há uns anos, e estranho que deseja o Deputado do Bloco de Esquerda assim como a Senhora Vereadora do Bloco de Esquerda, que ponham em causa programas que significam uma evolução no



respeito nas pessoas. Porque esta ideia de uma habitação social e porque alguém precisa de uma habitação social, ou recebe aquela casa ou então não recebe nenhuma, não é aceitável. Havendo possibilidade, as pessoas encontrando podem escolher e isso é um direito acrescido, não é uma exigência. E por isso é que a Câmara Municipal também está a trabalhar para poder encontrar alternativas que serão propostas às pessoas.

Diz bem, os transportes públicos, queixas sobre rede que nem sequer foi ainda implementada.

Já houve um comunicado da TML, confirma-se, a nossa área, a área 3 inicia-se no dia 1 de julho. A área 1 e 2 só em janeiro de 2023, portanto, felizmente, a nossa inicia-se. Não se vai iniciar a 100%, mas como eu tive ocasião de dizer ontem, o nosso caso prende-se essencialmente com a formação dos motoristas. Felizmente têm o material, têm os novos autocarros. Vou dar um exemplo entre os muitos que citou das carreiras. A carreira 103 e a carreira 133, estão incluídas na nova carreira 3013, estão incluídas. Eu já o disse ontem. O trajeto está incluído e há de qualquer maneira, um reforço da oferta. Agora, nós também já sabemos como é que é, as coisas antes de existirem são criticadas, e depois as pessoas vão se habituando, é muita informação, é um esforço grande que todos nós estamos a fazer e que os utentes dos transportes públicos, eu não tenho dúvidas que será necessário um esforço de adaptação e nós cá estaremos para os apoiar.

Os abrigos dos pescadores da Trafaria, ontem mesmo respondi aqui ao Senhor Moisés. Na Trafaria, os apoios da Trafaria, é um projeto que junta a APL, a Docapesca, e a Câmara Municipal. Aguardamos o projeto que está a ser feito, pelo Docapesca em articulação com a APL que é quem licencia para o porto de atracação. E nós aguardamos isso para depois também envolvermos o projeto à volta. É a articulação por fim das três entidades que não estão de costas voltadas, ou que já não estão de costas voltadas, para avançarmos como isso. Se nós também temos assinalado o atraso na entrega do projeto? Sim. Continuamos envolvidos, não podemos ir apresentar um projeto cujos os moldes finais ainda não conhecemos. É só isso, a Câmara Municipal tem reunido, tem recebido, vimos um primeiro desenho que nos apresentaram, mas que tinha problemas de atracação, inicialmente queriam uma plataforma flutuante que não é permitido, veio-se a verificar que tecnicamente não era permitido, estão a finalizar o projeto, nós iremos acompanhar o projeto e acrescentar ao nível da requalificação à volta.”

6.8.7 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando ser o mais telegráfico possível, respondendo aos dois grupos de questões que me foram feitos.

Relativamente ao 2º Torrão, fazer aqui um primeiro considerando que é: os Grupos Municipais que colocaram questões, são Grupos Municipais com representação na vereação. Esses Grupos Municipais sabem que houve uma reunião de Câmara à porta fechada no passado dia 7 de junho, especificamente para discutir esta questão. E eu também acho que essa reunião foi muito mais calma, muito mais unanime, naquilo que era o caminho que foi explicado, que está a ser seguido e que na altura houve uma plena concordância sobre ele. Portanto, eu digo isto porque, vejo alguma diferença naquilo que foi o tom e o conteúdo dessa reunião, para aquele que está aqui a existir na Assembleia Municipal.

Mas eu vou fazer uma pequena correção aquilo que o Senhor Deputado Municipal João Galdes disse, porque é uma questão que pode parecer pequena, mas não é. Não estamos aqui numa operação de emergência, estamos numa situação de risco. Se fosse uma situação de emergência, o realojamento tinha que ser feito de um dia para o outro. Portanto, estamos numa situação de risco. E ao contrário daquilo que também foi dito, não foi dado seis dias às pessoas para saírem. Tem sido feito um plano atempado, falado com todos os intervenientes. É falso que as famílias não foram contactadas, todos os agregados familiares que estão nestas construções, construções identificadas uma a uma, são 66 (sessenta e seis) construções, 41 (quarenta e um) agregados familiares ou 43 (quarenta e três), porque um dos agregados familiares foi desdobrado em três, porque era um agregado muito grande. E, portanto, todos esses agregados foram contactados, desses 43 (quarenta e três) agregados 35 (trinta e cinco) estiveram presentes numa reunião geral que foi feita precisamente nesse dia 7 de junho, os outros não compareceram e justificaram que não compareceram e os



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

técnicos da divisão de habitação falaram com todos eles. Portanto, todos os agregados familiares que estão em construções, que foram identificados pela Proteção Civil como estando em risco, foram contactados, souberam das reuniões e foi entregue, foram entregues duas convocatórias. Uma para uma primeira reunião geral que aconteceu no dia 7 de junho, aberta para esses agregados, mas aberta a todos os moradores, onde foi explicado tudo aquilo que estava a acontecer, seja os motivos, seja aquilo que ia acontecer. Nos dias 13, 14 e 15, existiram reuniões individualizadas, entrevistas com cada um desses agregados, para por um lado, explicar mais uma vez e com mais detalhe aquilo que estava, está e irá acontecer, mas também muito importante para ouvir o contexto de cada um dos agregados.

Eu ontem assisti por estar com COVID, assisti a esta Assembleia Municipal em casa, mas foi dito uma ou duas vezes, de que não se apresentou habitações às pessoas como ia ser feito. É importante, a Câmara Municipal sempre o disse, que ia apresentar uma proposta de habitação tendo em conta, necessariamente dentro das possibilidades que existirem, mas tendo em conta o contexto de cada um dos agregados. E essas entrevistas individuais foram para ouvir, saber e pormenorizar aquilo que vai ser a resposta dada. Porque é fácil vir aqui exigir uma resposta igual para todos, mas esta resposta está a ser dada agregado a agregado, isto é muito importante, porque é o realojamento tendo em conta as pessoas.

Dizer também que não é dado, nunca foi dado um documento para assinar sem as pessoas conhecerem. Ninguém coage ninguém, os documentos são dados para assinar, todos estes agregados aceitaram e os documentos que assinaram foram declarações de RGPD – Proteção de Dados Pessoais, todos aceitaram que os seus dados fossem transmitidos ao IHRU para quê? Para efeitos tal como foi explicado também aos Senhores Vereadores, de candidatura ao Programa “Porta de Entrada”. Fazer aqui também saber que, o programa “Porta de Entrada” todos esses agregados qualificaram para estar dentro desse apoio, e o protocolo “Porta de Entrada” já foi homologado pela Senhora Secretária de Estado e aliás, foi homologado hoje.

Portanto, nós estamos a fazer um caminho, um caminho que é difícil, que segundo essa reunião de Câmara que aconteceu, mereceu a concordância de todos, obviamente nós estamos aqui e queremos ouvir também as preocupações dos partidos para fazer este caminho em conjunto, isto é uma situação delicada, difícil. Ontem estiveram aqui várias famílias e nós queremos fazer este caminho sempre com eles, porque sabemos que é uma situação difícil, é de risco, ainda não é de emergência, mas será de emergência no início do ano Hidrológico. Portanto, nós temos que atuar de forma célere, mas com responsabilidade.

Dizer também que, todo o apoio está a ser dado, existe um canal diário de contacto entre os técnicos da habitação, os serviços municipais e estas pessoas.

Relativamente à segunda questão que me foi colocada, sobre o Centro de Recolha Oficial, o que está já em fase de projeto. Estamos apenas a ultimar aquilo que são as alterações ao projeto, Porquê? Houve um concurso de ideias como sabem, houve um projeto que ganhou, o Serviço de Veterinária e o Provedor do Animal como têm conhecimento daquilo que deve ser um Centro de Recolha, pediram alterações ao projeto, elas estão a ser feitas, estão mesmo a ser ultimadas, e certamente que agora nas obras vão entrar em fase de fecho de projeto e depois de lançamento do concurso de empreitadas.”

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H45, deu-se por concluída a Segunda Reunião da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda em Sessão Extraordinária a marcar.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Miguel Moura Salvado, Maria das Dores Meira, António Matos, José Luís Matos, Tiago Galveia e Joana Mortágua.

9 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE *J. J. L.*

O 1º SECRETÁRIO *Paulo Viegas*

A 2ª SECRETÁRIA *Ana Paula Silva*

